



Revista de Cultura Nacionalista

Director: Antonio Sardinha

Secretário: Manuel Murias

Proprietário e editor: José Fernandes Júnior

N.º 1

1924

3.ª Serie

Redacção, Administração, Comp. e Impressão  
Rua da Flor da Sêca — 7 — 1.ª Lisboa.



# “Nação Portuguesa”

Revista mensal de cultura nacionalista

**Director:** António Sardinha

**Secretário:** Manuel Múrias

**Editor e proprietário:** José Fernandes Júnior

**Redacção e administração:** Rua da Horta Sêca, 7, 1.º — LISBOA — Telefone C. 27

---

## CONDIÇÕES DE ASSINATURA (por série de 12 números)

|   |              |
|---|--------------|
| Continente e ilhas . . . . .            | 60\$00       |
| Colónias portuguesas e Brasil . . . . . | 72\$00       |
| América . . . . .                       | Dlrs. \$2,50 |
| Espanha . . . . .                       | Pst. 35,00   |
| Inglaterra. . . . .                     | £. 1.0.0     |
| Outros países . . . . .                 | Frs. 60,00   |

NÚMERO AVULSO 6\$00

NÚMEROS ATRAZADOS 7\$00

---

## TABELA DE PREÇOS DE ANÚNCIOS

|                      |         |
|----------------------|---------|
| 1 página . . . . .   | 120\$00 |
| 1/2 página . . . . . | 60\$00  |
| 1/4 página . . . . . | 35\$00  |
| 1/8 página . . . . . | 20\$00  |

**Para séries de mais de 6 publicações, contrato especial**

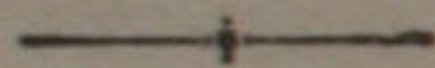
# EXPEDIENTE

## Aos leitores

A *Nação Portuguesa* com esta nova série apresenta melhoramentos para os quais chamamos a atenção dos nossos presados leitores e assinantes. Revista, simultaneamente, de altos estudos intelectuais, e de comentário vivo e oportuno aos grandes acontecimentos internacionais, à política interna, e ao movimento intelectual estrangeiro e português, a *Nação Portuguesa* pode naturalmente dividir-se em duas partes distintas: — na primeira, inserimos os estudos de momentânea curiosidade, feitos de crónicas, transcrições, referências à revista, etc.; na segunda, os ensaios de crítica, filosofia, história e sciência, em que os altos problemas do espirito vão sendo discutidos e formam propriamente a contribuição original que dispensamos ao ressurgimento mental em que nos empenhamos.

Os nossos leitores poderão, se pretenderem encadernar separadamente as duas partes, destacá-las sem prejuízo uma da outra porque, independentes já por si, levam numeração diferente também.

Esperamos que os nossos leitores apreciarão devidamente esta disposição que tantos benefícios traz a quem deseja fazer colecção duma revista aonde se encontram escritos dalgumas das mais nobres e alevantadas inteligências da nossa terra.



### Os novos preços de assinatura :

As dificuldades, cada vez maiores, que asfixiam no actual momento as publicações periódicas de Portugal, obrigam-nos a aumentar para 60\$00 o preço da assinatura da *Nação Portuguesa*. Somos os primeiros a lamentar este recurso a que nos forçam as necessidades de um meio hostil a toda a vida puramente intelectual,—necessidades complexas mas de que todos nos apercebemos.

A *Nação Portuguesa* querendo viver a vida livre das raras publicações portuguesas que não vegetam enfeudadas à finança, não pode e não quer contar senão com os seus assinantes, muitos dos quais já voluntariamente pagavam a sua assinatura pelo preço que se generaliza agora e que faz dela ainda hoje a mais barata revista portuguesa.

\*\*\*

A *Nação Portuguesa* recomenda a todos os seus leitores as obras de Manuel Múrias e Fernão da Vide *O Seiscentismo em Portugal* e *O Pensamento integralista*, à venda em todas as livrarias e na séde desta administração.

\*\*\*

Agradece-se aos ex.<sup>mos</sup> srs. assinantes o envio da importância da assinatura a fim de nos evitar maiores despesas de cobrança.

\*\*\*

O índice e o frontispício da 2.<sup>a</sup> série serão distribuídos junto com o 2.<sup>o</sup> número, a sair por todo o mês de Novembro.

Os nossos Agentes

SUMARIO

da 1.<sup>a</sup> parte

|  |                  |
|--|------------------|
| Crónica social . . . . .   | Rolão Preto      |
| Crónica financeira . . . . .   | A. L.            |
| Crónica política . . . . .   | Augusto da Costa |
| Os concertos de Ivo Cruz . . . . .                                       | —                |
| Portugal na Grande Guerra e o livro do major Vasco de Carvalho . . . . . | João de Castro   |
| Registo de entradas . . . . .  | —                |

---

**Nação Portuguesa** publicará no próximo número um sensacional artigo intitulado **Em resposta** do eminente historiador brasileiro Oliveira Lima.

\* \* \*

Também no próximo número se publicarão alguns dos trabalhos premiados nos Jogos Florais de Badajoz.

---



---

## Manual do Viajante em Portugal

—POR—

**Carlos d'Ornellas**

5.<sup>a</sup> EDIÇÃO

2.<sup>a</sup> TIRAGEM

a sair brevemente

## Os nossos Agentes

Ao iniciarmos, após uma forçada interrupção de alguns meses, esta 3.<sup>a</sup> série da «Nação Portuguesa», não esquecemos os Agentes que nos agrupamentos portugueses das Colónias e da América não faltaram nunca com o seu apoio imprescindível ao esforço que dia a dia vamos realizando aqui.

A «Nação Portuguesa» vive da dedicação e do carinho de algumas vontades enérgicas que, nesta apagada e vil tristeza, acreditam, sem vacilações, no futuro que nos espera, e trabalham denodadamente para o resurgimento nacional. Do corpo de doutrinas que defendemos — cada vez mais forte, coesivo e vibrante — depende a formação do Portugal Maior que dentro de uma Ordem Nova havemos de levantar. Sem ambições nem interêsses, todos os que em a «Nação Portuguesa» trabalham contam já com o silêncio cobarde que nos rodeia e com a luta mesquinha e traiçoeira que, pelas costas, nos fazem. Não os receamos, nem, sequer, daremos fé de que existem, porque, habituados a lutar frente a frente, de cara descoberta, sem medir a fôrça do adversário nem as armas com que nos fere, sentimos um infinito desprêzo pelos desgraçados que nos saem ao caminho, sem audácia nem inteligência.

Contamos, e é quanto basta, com a dedicação de alguns amigos que desde a primeira hora nos acompanharam e nunca nos faltaram com os seus encorajamentos! E entre estes de bom grado destacaremos os nossos Agentes, por cuja amizade provada à «Nação Portuguesa» enternecidamente os saúdamos e abraçamos.

### Agentes da «Nação Portuguesa»

- Ponta Delgada — José Barbosa (R. dos Mercadores).  
 Funchal — Ramon Rodrigues (Avenida Pedro Jose d'Ornelas).  
 Loanda — Alfredo Pereira Coutinho Almas (Caixa postal 165).  
 Lobito — Luciano da Cruz Coquenão (Caixa postal 31).  
 Benguela — José Maria Perestrelo (Caixa postal 12).  
 Huambo — António Pais Pinheiro de Figueiredo.  
 Beira — Luis Ribas.  
 New-Bedford — António Augusto Lopes (245, Eugénia str.).  
 Tauton — Afonso Gil Ferreira Mendes (P. O. Box : 392).

# Crónica social

Por Rolão Preto

Breve recapitulação — A crise do Comunismo — A evolução do Trabalhismo  
A política nova das C. G. T. — Para onde vamos?

A ininterrupta cadeia de incidentes que prejudicou a saída regular da 2.<sup>a</sup> série da *Nação Portuguesa* e a necessidade de dedicar alguns números a assuntos especiais fez que da minha última crónica até à data em que esta escrevo medeiem nada menos de vinte e um meses. Tempo bastante para se ... acabar o mundo, dada a velocidade extraordinária com que os acontecimentos se têm sucedido depois que entramos a gozar a doce paz de Versailles.

Se não quis todavia a providência divina que sobre nós cásse o cataclismo final, que grandes e decisivos passos se não deram no caminho tenebroso por onde marcham agora os destinos da Europa! Em tão curto prazo que de transformações na ordem político-social do velho mundo fora dos eixos!...

Em tão curto prazo quantos volumes de História! Como fazer para a recapitular em duas apressadas linhas desta revista?

O Socialismo moderado, *nuance colectivista*, avançando nos dois países mais *conservadores* da Europa. O *Trabalhismo* senhor das rédeas do govêrno na liberal Inglaterra! O radicalismo de Herriot braço dado com o colectivismo do sr. Blum na França do sr. Poincarè! Isto por um lado. Pelo outro, o prodígio de Mussolini mantendo-se; Primo de Rivera, ditador de Espanha; Mgr. Seipel, salvando a Áustria;

Lenine, o último Tsar das Rússias, morrendo para que mais facilmente se transforme a nova ordem soviética no sentido nacionalista, no sentido da restauração da inteligência... Em Portugal a república democrato-liberalista emmaranhada cada vez mais e mais completamente no caos das ambições dos homens que a servem e dos erros que a norteiam, continua, como já o dizia Ramalho, «dando ao mundo o mais espantoso e inacreditável espectáculo: — existe!». É verdade que graças, sobretudo, à criminosa inércia dos velhos políticos monárquicos que estão em vias de liquidar a causa da realeza que se lhe entregou.

Tais são os grandes capítulos da história que passa; os actos singulares do enorme drama que se desenrolou na Europa nestes tão rápidos 21 meses e cujas conseqüências vastíssimas ninguém pode calcular.

Serenamente, atentemos um pouco, tanto quanto nos permite o espaço que nos cedem nesta Revista, nos traços capitais do quadro que aí fica sumariamente esboçado.

Os grandes movimentos político-sociais de cujos sucessos iam marcando a curva nos primeiros números da 2.<sup>a</sup> série da *Nação Portuguesa*, como assinalam agora a sua cota no diagrama da presente hora? Avançou o Comunismo? Que transformações há na marcha dos partidos avançados e na das forças da reacção nacional? A estas naturais interrogações do leitor procuremos dar uma resposta embora resumida e breve para retomar o fio interrompido da *Crónica*.

### As vitórias do Nacionalismo

Comecemos pelo Comunismo. Que não se desvaire o leitor com o barulho que em volta deste espantinho se tem feito ultimamente. Os factos falam eloquentemente e elles afirmam que a crise do comunismo, já violenta há um ano, se tem acentuado de tal forma que, se não fôra os auxílios médicos de Moscou, teria degenerado, francamente, em liquidação.

Assim, apesar dos mais desesperados esforços da III Internacional, a Internacional Vermelha de Moscow, apesar das repetidas embaixadas soviéticas e dos formidáveis tesouros de guerra gastos com as manobras de Zinowief (só nas últimas eleições francesas, segundo o cálculo dum jornal parisiense, andaram por doze milhões de francos as subvenções recebidas pelo comité eleitoral do P. C. de Paris) o movimento comunista emperrou, estacionou, e, em muitos pontos, mesmo, recuou desalentadamente. As eleições bávaras primeiramente, as eleições italianas, depois, (de 120 deputados passaram os comunistas italianos, com a vitória de Mussolini, a 18), as eleições gerais para o Reichstag e até as eleições do *onze de maio* francês são datas negras no calendário do Comunismo. Por elas se vê que o *extremismo* inspirado de Moscow está muito longe de encontrar um caminho propício na velha Europa, não obstante tão desvaireada.

Depois, os insucessos eleitorais do Comunismo nada são ainda comparados com os desastres da sua acção sindicalista. É evidente que a *Sindical Vermelha* é um fiasco. Uma das suas melhores criações a C. G. T. U. francesa orga-

nizada para contrapor à C. G. T. não passa duma mistificação a despeito do génio activo de Monmuseau. O mesmo diremos da A. R. A. C. cuja influência nos acontecimentos sociais da França é absolutamente sem valor.

Diante da *Sindical Vermelha*, a *Federação Sindical Internacional de Amsterdam*, englobando todos ou quasi todos os agrupamentos operários do tipo C. G. T., é realmente uma força. A ela vieram a C. G. T. francesa, a C. G. L. italiana, as *Trade-Unions* inglesas, a Federação G. dos Sindicatos Alemães, etc.

A derrota do comunismo é assim completa em todos os campos.

Mas quem tem ganho as vitórias que o comunismo perdeu? À parte a França, quem tem sido o vencedor tem sido o *Nacionalismo*.

Foi o nacionalismo e até o *ultra-nacionalismo* quem esmagou as votações vermelhas da Baviera, do Saxe e das eleições gerais para o Reichstag; foi o nacionalismo quem venceu na Itália de Mussolini e na Áustria de Mgr. Seipel. Se em França o sinal vitorioso é o socialismo moderado, oficial (S. F. I. O.) deve-se isso ao facto de que aqueles que representavam perante a opinião o nacionalismo não eram afinal mais do que uma facção liberal-conservadora, classe de gente destinada a ser vencida em toda a parte, e aqueles que na verdade *nacionalistas* eram, e verdadeiros, esses não tinham organização eleitoral, organização contrária às idéas fundamentais, que inscrevem na sua bandeira de combate.

### O "Trabalhismo" no Poder por fazer obra nacionalista.

O comunismo vencido e o nacionalismo vencedor são estes os dois factos capitais do drama europeu presente. Um completa o outro. Pouco importava, na verdade, a vitória sobre o comunismo, se ela fôsse obtida pela força da inércia *conservadora-liberal*. O grande significado da vitória vem-lhe sobretudo de ser *nacionalista*. Ela atesta o enorme incremento das forças de reacção nacional sobre o romantismo político que, trasvazado do século XIX, ameaçava liquidar a Europa, fazendo-a recuar à barbie comunista.



Essa reacção nacionalista, que é o apanágio da *extrema-direita*, pode, todavia, encontrar-se inspirando os passos das *esquerdas*, mesmo daquelas que menos para isso parecem fadadas (v. g. o *sovietismo* que tem defendido os interesses exteriores da Rússia com tanto denodo e boa vontade como o *imperialismo* de Pedro o Grande). Assim foi que o «Trabalhismo», corrente *socialista*, anti-comunista e *semi-colectivista*, galgou as cadeiras do Poder da conservadora e liberal Inglaterra, com aplauso do nacionalismo inglês, e ali se tem mantido graças a êsse mesmo aplauso. É que o grupo dirigido pelo sr. Macdonald tinha proclamado a solução audaciosa de certos problemas que, como o *chomage*, afligiam a Inglaterra depois da guerra. Não foi de balde a propaganda com a Alemanha, que um Keynes, um Henderson, um Norman Angel tanto se esforçaram por fazer, pondo nela e na restauração alemã as melhores esperanças das indústrias inglesas em crise. Essa aproximação tinha como natural adversário a França do sr. Poincaré que foi vencida e manietada através as complacências radicalearas do sr. Herriot ao carro triunfal da política trabalhista, que quer dizer da política ditada pelos interesses imediatos da Grande-Bretanha.

Emquanto o govêrno trabalhista conseguir vitórias para a política externa do seu país, enquanto êle enaltecer a glória inglesa com revistas navais como a de Spithead, o «Trabalhismo» pode, na verdade, contradizer-se a si próprio, tornando-se oportunista ao ponto de esquecer as reivindicações socialistas que se inscrevem no seu programa, mas o Poder não lhe escapará das mãos. Ai! dêle, porém, logo que dê o primeiro passo em falso prejudicando os interesses nacionais. O *Nacionalismo*, na Inglaterra, confunde-se com *Imperialismo*.

### As C. G. T. saindo do seu isolamento

Uma das coisas novas da situação internacional social é também a nova tática das secções da C. G. T. Até aqui faziam elas cavalo de batalha do seu isolamento sindical, confinando-se dentro duma acção profissional, embora revolucionária, mas sem intervirem nunca na luta

das facções e dos partidos. Era mesmo uma das razões porque criticavam o Comunismo era essa de êste partido fazer política com as formações operárias, levando assim o sindicalismo para a mão dos politicantes.

Mudaram-se os ventos... hoje a C. G. T. francesa não se contentando com sugestões eleitorais como aquelas lançadas em manifesto para as eleições do *onze de maio*, lança-se mesmo na batalha política, manifestando o seu apoio ao presente govêrno do seu país que lho paga generosamente... liquidando os seus *deficits* sindicais e levantando os seus órgãos de imprensa. É um caminho e um exemplo... Também a C. G. L. italiana se lançou abertamente na luta que apaixona os partidos derrubados por Mussolini; mas esta, mais infeliz, é com a opposição que se liga, como nas eleições passadas, para perder...

Acusa-se a nossa C. G. T. nacional de seguir o exemplo das suas congêneres estrangeiras, fazendo a sua política fora dos sindicatos. É, parece, nos braços do partido radical que ela tem caído várias vezes. Não temos dados seguros para ajuizar da certeza desta afirmação; no entanto quer parecer-nos que não andam fora da verdade os *racontars*.

O que dita a nossa tática? Considera-se a acção sindical, só por si, muito pouco para a pressa que há em triunfar? Evidentemente. Não resta dúvida, porém, de que o grande princípio da defesa profissional, das tentativas de absorção politicante fica por terra. É mais um sinal dos tempos a registrar. Um sinal da *transformação oportunista* que se está dando nos homens da *Revolução Social*.

Não deixa de ser interessante registá-lo.

### A mão de Deus...

Quem estuda com interêsse estes absorventes problemas sociais, procurando orientar-se no caos confuso das ambições dos dirigentes e das manobras dos políticos, que de fora jogam as mais estranhas combinações; quem atenta imparcialmente no desenrolar dos acontecimentos de origem proletária ou que dessa origem tiram o pretexto; quem analisa sem paixão o que se

debate e estadeia nos *congressos internacionais* como o de Roma, o de Amsterdam e o de Viena de junho passado, fica maravilhado da teia complicada em que se enredam os destinos da chamada Questão Social.

Para onde vamos na verdade? Para a *direita*, para a *esquerda*, velhas palavras sem sentido, mitos depositos pela onda incessante de vida nova que se ergue no horizonte da *nova era*. Não! Ninguém pode determinar a trajectória do tempo que corre cheio de inesperados saltos no abismo e cheio de largos vôos no céu azul da nossa esperança. Caminhamos às cegas ou quasi. Qual a fórmula nova? O que vai nascer nesta hora bíblica de transformações profundas e inevitáveis? Perder-se-á de todo o fruto duma tão vasta como custosa civilização? Como será a concepção futura do *arranjo social* e da futura justiça humana?

Para que desvendar o futuro? Na turbação enervante desta tremenda hora de transição e de renovamento que importa que a nossa inteligência *não veja* e a nossa vontade seja impotente? A mão de Deus lá está na eternidade serena, marcando o caminho por onde terão de passar os destinos dos povos.

No entanto, se os desígnios da Providência nos são de ante-mão revelados nos sinais do céu, é já bem evidente que ao Nacionalismo vai competir uma grande missão na obra do Futuro.

Assim os homens do nosso tempo que o servem sejam bastante esclarecidos pela sabedoria da História para que, através uma *ductilidade* e uma *adaptação*, necessárias à hora que passa, consigam *transformar* e *sujeitar* a hora tremenda e decisiva que se aproxima!

30-IX-924

## O Pensamento Integralista

magnífico trabalho de

Fernão da Vide

Clara exposição das doutrinas defendidas pelo "Integralismo Lusitano".

O estudo mais popular e sintético dessas doutrinas.

Preço 5\$30

À venda nesta Administração



## Crónica financeira

# A circulação fiduciária e a crise do numerário

É um facto constatado — irrecusável, portanto — que a *inflação* teve por consequência reduzir a cerca de metade o valor *global* do meio circulante português. Êste que, antes da *inflação*, e embora já em regime de curso forçado de papel-moeda, tinha, incluindo a prata, por equivalente cambial a cifra aproximada de 20 milhões esterlinos, equivalendo apenas, actualmente, a cerca de 10 milhões!

Sem nos demorarmos na análise dêste fenómeno, determinando-lhe as causas e apreciando-o nas suas relações íntimas com o *deficit* da balança económica, com o desequilíbrio orçamental e com a diminuição, até o aviltamento, do crédito do Estado — convém no entanto notar que se para a circulação da riqueza não era exagerado — e em verdade não era — um meio circulante com o *poder* económico de 20 milhões de libras, uma tão importante redução dêste *poder* tornou o numerário manifestamente insuficiente.

De admirar é até que, perante um fenómeno de tal gravidade, a asfixia da produção nacional não seja hoje um facto consumado! Se o não é, o caso tem apenas uma explicação, aliás nada lisonjeira: diminuição considerável de riqueza, por um lado; por outro o regime de moratória, de reformas até o infinito, quasi de verdadeiro *calote* a que os produtores se acolheram e que produz o efeito dilatatório das injeções de óleo canforado e dos balões de oxigénio!

Não deixa, portanto, a situação de ser extremamente grave. Só o não vê quem, de boa ou má fé, se ilude com as enganadoras aparências dos números exprimindo somas fabulosas de contos . . . da *Carochinha*!

Está, pois, desde ha muito pôsto êste problema, com carácter permanente, embora com variações periódicas de intensidade:

*Qual a forma de fornecer à economia nacional, com a urgência que as circunstâncias reclamam, os meios de pagamento de que ela absolutamente necessita para viver?*

Se é fácil formular uma tal pergunta, difícil é responder, não tanto pela dificuldade da questão em si, como pelo embaraço de a colocar nos seus devidos termos.

É o que se conclui, como vai ver-se, de duas opiniões opostas, irreduzíveis, emitidas com igual energia e que entre si disputam a solução do problema.

Sendo certo — dizem uns — que quer o valor do numerário existente, quer o seu quantitativo estão em manifesta desproporção, por inferioridade, com o valor da riqueza circulante e, portanto, com as necessidades da Produção — urge aumentar, pelo menos em 800:000 contos ou em um milhão de contos, a circulação fiduciária, pondo êsse aumento integralmente à disposição do Comércio, da Agricultura e da Indústria.

Sendo incontestável — objectam outros — que ao alargamento desmedido da circulação se deve o afundamento do escudo e conseqüentemente a insuficiência cada vez maior do meio circulante, prosseguir na mesma orientação seria, a trôco de um momentâneo e illusório alívio, provocar o agravamento da crise, tornando-a necessariamente fatal, a brevê prazo.

E acrescentam: derivando a *inflação*, com todo o seu cortejo de calamidades, do desequilíbrio orçamental, pois que as sucessivas e constantes emissões para outra coisa não têm servido que não seja fazer face aos vários e crescentes *deficits* do Estado, só extirpando a *causa* podem destruir-se os *efeitos*. E como o Estado, ao mesmo tempo que não está em condições de conseguir empréstimos — processo aliás desacreditado e de perniciosas conseqüências — tem as suas receitas, calculadas em ouro, reduzidas em cerca de 50 por cento do que eram em 1914, só uma enérgica e patriótica política de agravamento de impostos pode matar o *deficit*, restabelecer a confiança, valorizar o escudo, etc.

Ao que os primeiros replicam ainda, com azedume e desespero: mas se a produção não tem numerário para as suas mais urgentes necessidades e se encontra mais perto da falência do que a muitos, mesmo pessimistas, se afigura, como sobrecarregá-la com encargos tributários maiores do que aqueles que já suporta?

E, caindo a fundo, insistem: reduza o Estado as suas despesas, acabe com o comunismo burocrático em que vivemos, para gáudio dos políticos e das clientelas, administre com parcimónia os dinheiros da Nação. Mas, entretanto, como tudo isso levaria tempo, forneça à economia nacional os escudos de que carece inadiavelmente.

Êstes traços gerais bastam para se concluir que, posta a questão nestes termos, teria toda a semelhança com o célebre problema de saber a qual de duas cousas conferir a prioridade — se à galinha, se ao ovo.

Quer dizer — é uma questão insolúvel!

No entanto, como de parte a parte há muita razão e muita verdade nos argumentos, sem deixar de existir um equívoco fundamental e comum que impede

a justa visão das cousas, urge, antes de mais nada, esclarecer êste, para ver claro no meio de tamanha confusão, mais aparente do que real.

É absolutamente indispensável, em verdade, acabar de vez com a desastrosa política inflacionista, e certo é ainda que tal não pode conseguir-se sem acabar com o *deficit*, ou, pelo menos, sem o reduzir a proporções mínimas.

É, porém, muito contestável a opinião de que o equilíbrio orçamental tem de obter-se por uma elevação das receitas ao nível das actuais despesas do Estado. Não basta constatar que, expressas em ouro, as receitas estadoais sofreram uma redução formidável, para da pele do contribuinte fazer o tampão do rombo do Tesouro! Porque a verdade é que, se a produção não pagou o que devia pagar nas várias contribuições que vão, no orçamento, constituir as verbas da receita, o Estado pagou-se por suas mãos do que faltava por meio do leonino imposto que a emissão de notas a descoberto representa. E como êste imposto não só absorveu *rendimento*, como gravemente atingiu o próprio *capital*, há que entrar com êle em linha de conta para calcular com verdade aquilo que o Estado recebe. Feitas as contas com a inclusão de uma tão importante parcela, uma orientação muito diversa se impõe à política financeira: *aproximar as despesas das receitas, e não estas daquelas.*

Aliás o Estado terminará por devorar a Nação.

Convém ter ainda presente, porque é muito importante para o problema que nos ocupa, o que deve entender-se por *inflação*. Esta não é evidentemente *qualquer emissão de papel-moeda em regime de curso forçado*. Tudo depende da natureza da emissão... Se esta é feita de harmonia com os princípios que regulam a *função normal da nota*, emitir notas não é fazer *inflação*. O mesmo não sucede na hipótese contrária.

Constituem assim inflação propriamente dita:

A emissão de papel-moeda para fazer face às necessidades financeiras do Estado;

A emissão de papel-moeda a pretexto de obras de fomento;

A emissão de papel-moeda a pretexto de desenvolver a produção com novas indústrias, novas explorações agrícolas, etc.;

A emissão de papel-moeda para aquisição de cambiais fora de limites aliás muito restritos, quer quanto a *quantitativo*, quer quanto a *tempo*.

No entanto, a pior de todas as *inflações*, a *inflação* por excelência, é a da primeira categoria, por ser absolutamente improdutiva. É ela o grande mal condenado em todas as conferências internacionais, estigmatizado por todos os economistas.

A elas se referem ainda as conclusões da "Semaine de la Monnaie" realizada em Paris em 1922, na parte relativa à inflação fiduciária e à política monetária da França.

«La Semaine de la Monnaie» condamne de façon catégorique toute émission de billets *pour les besoins de l'État. Prend acte des décisions des associations adhérentes d'unir leurs efforts pour s'opposer à tout nouveau recours à l'inflation fiduciaire en vue de couvrir des dépenses publiques*».

E mais: «La Semaine de la Monnaie» emet le vœu: *que le Gouvernement et le Parlement, se conformant aux engagements résultant de la loi du 31 décembre 1920 (pela qual o Estado se propunha restituir ao Banco de França a cifra anual de 2 biliões de francos), poursuivent l'assainissement progressif de la circulation fiduciaire et restituent ainsi à la Banque de France de nouvelles capacités de crédit au profit du commerce, de l'Industrie et de l'agriculture*».

Finalmente, uma emissão normal tem sempre o seu regresso ao Banco Emissor, e portanto a sua anulação, assegurada para um período de tempo relativamente curto. Isto quer a *nota* seja emitida a trôco de um depósito metálico, quer pela via do desconto, desde que o papel descontado seja *bom*, isto é, represente uma verdadeira transacção comercial.

Esta mesma função normal da *nota* nos ensina que uma circulação fiduciária, ainda que inteiramente *sã*, não pode deixar de ter uma certa elasticidade, sendo absurdo fixar-lhe uns limites de uma rigidez imutável. Tudo depende da riqueza circulante, e, portanto, das necessidades da produção, que nem sempre são as mesmas. E é de harmonia com aquela circulação e com estas necessidades que em *regime normal* é de uso fixar o limite máximo da circulação, limite aliás sempre largo, dentro do qual a quantidade de meio circulante efectivamente utilizado, ou mobilizado, é sempre variável.

E *regime normal* entende-se que é quando o Estado não se apresenta como concorrente na utilização do numerário, porque nenhum dêste é emitido a descoberto.

Quando, porém, o Estado, como em Portugal sucede, quasi monopoliza a circulação, porque só em seu proveito se fazem emissões, é absurdo pretender que a *Produção viva do ar*, absolutamente desacompanhada daquêlê auxílio que o Banco Emissor lhe deve e de que absolutamente depende a sua existência! Não é temeridade afirmar que uma tal política é seguramente mais perigosa do que... fechar herméticamente as válvulas de segurança de uma caldeira a vapor...

Concluindo, pois, e tentando apresentar uma solução precisa e concreta do problema, os princípios expostos aconselham;

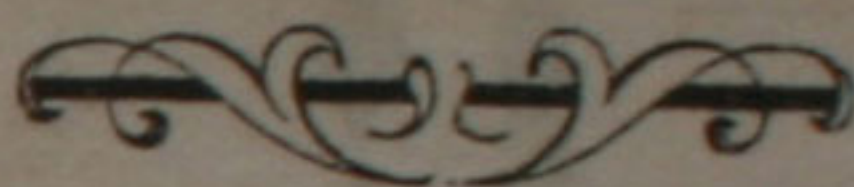
a) Uma política corajosamente anti-inflacionista, tendente a suspender as emissões para fazer face às despesas do Estado. Esta política tem de assentar numa rápida e severa compressão de despesas públicas, exigindo-se depois à Nação apenas o que faltar para o equilíbrio orçamental.

b) A reabertura do desconto e redesconto no Banco de Portugal, mediante uma emissão de *carácter provisório* adequada às necessidades mais instantes e cujo

quantitativo depende do estudo destas, com garantias especiais, se tanto fôr preciso, negociadas com o Comércio. com a Indústria e com a Agricultura. Estas garantias conjugadas com as informações dos cadastros e outros elementos de que o Banco de Portugal dispõe, seriam suficientes para evitar abusos.

Passada, assim, esta maior crise, seria então ocasião de pensar no resto, que é ainda muito e não caberia numa centena de crónicas...

A. L.



---

Grande êxito literário:

# O Seiscentismo em Portugal

por MANUEL MÚRIAS

---

Enérgica reacção contra as mentiras da "história liberal". Avaliação criteriosa da Companhia de Jesus, da Inquisição e da Censura. O primeiro ensaio de reabilitação do século XVII.

PREÇO 6\$00

Pedidos a esta Administração: Rua da Horta Sêca, 7, 1.º — LISBOA

---

ASSINEM A  
**América Brasileira**

Resenha da actividade brasileira

DIRECTOR — *Elsio de Carvalho*  
SECRETÁRIO — *Luís Aníbal Falcão*

Publicação mensal de estudos gerais

A revista da elite intelectual  
a que melhor defende

Portugal no Brasil

Assinatura anual, 10\$00 réis brasileiros.

Pode-se assinar e anunciar por intermédio da *Nação Portuguesa*.

A *América Brasileira* remete gratuitamente um número espécime a quem lhe pedir.

**A ORDEM**

ORGÃO DO CENTRO D. VITAL

DIRECTOR

Jackson de Figueiredo

GRANDE REVISTA CATÓLICA

DO

RIO DE JANEIRO

Redacção e Administração:

R. Rodrigo Silva, 7

**RIO DE JANEIRO**

Assinem a

**Revista do Brasil**

A mais antiga das revistas  
de alta cultura  
que se publicam no Brasil

DIRECTORES  
PAULO PRADO E MONTEIRO LOBATO  
SECRETÁRIO  
JÚLIO CESAR DA SILVA

Durante os oito anos de sua ininterrupta publicação, tem publicado inéditos não só dos maiores escritores nacionais, como dos *novos* mais prometedores. Literatura, arte, ciência, política, todas as altas manifestações do pensamento nacional encontram seu lugar nas páginas da REVISTA DO BRASIL.

Assinatura anual, 20\$00

Editores: Monteiro Lobato & C.<sup>a</sup>  
Rua dos Gusmões, 70-S. PAULO

Gazeta dos Caminhos  
de Ferro

Director: Engenheiro J. Fernando de Sousa  
Telefone: Central 27

Rua da Horta Seca, 7 1.<sup>o</sup>  
LISBOA

Colaborada pelos melhores  
engenheiros de Portugal

Larga informação ferroviária  
Distribui aos seus assinantes  
todas as Tarifas e Avisos  
ao Publico, de todas  
as Companhias

Artigos sobre Electricidade,  
Engenharia, Aeronautica,  
Transportes, etc., etc.



# AO PÚBLICO

Recomendamos os finíssimos licores, xaropes, conhaques, genebras, o finíssimo aniz cristalizado e o Poncho integral Dom Nuno fabricados com esmero por

**Alfredo de Oliveira — VILA DA FEIRA**

Todos os pedidos devem ser dirigidos ao fabricante ou aos seus representantes:

NO PORTO:

Manuel Joaquim Rosas

Rua da Alegria — PORTO

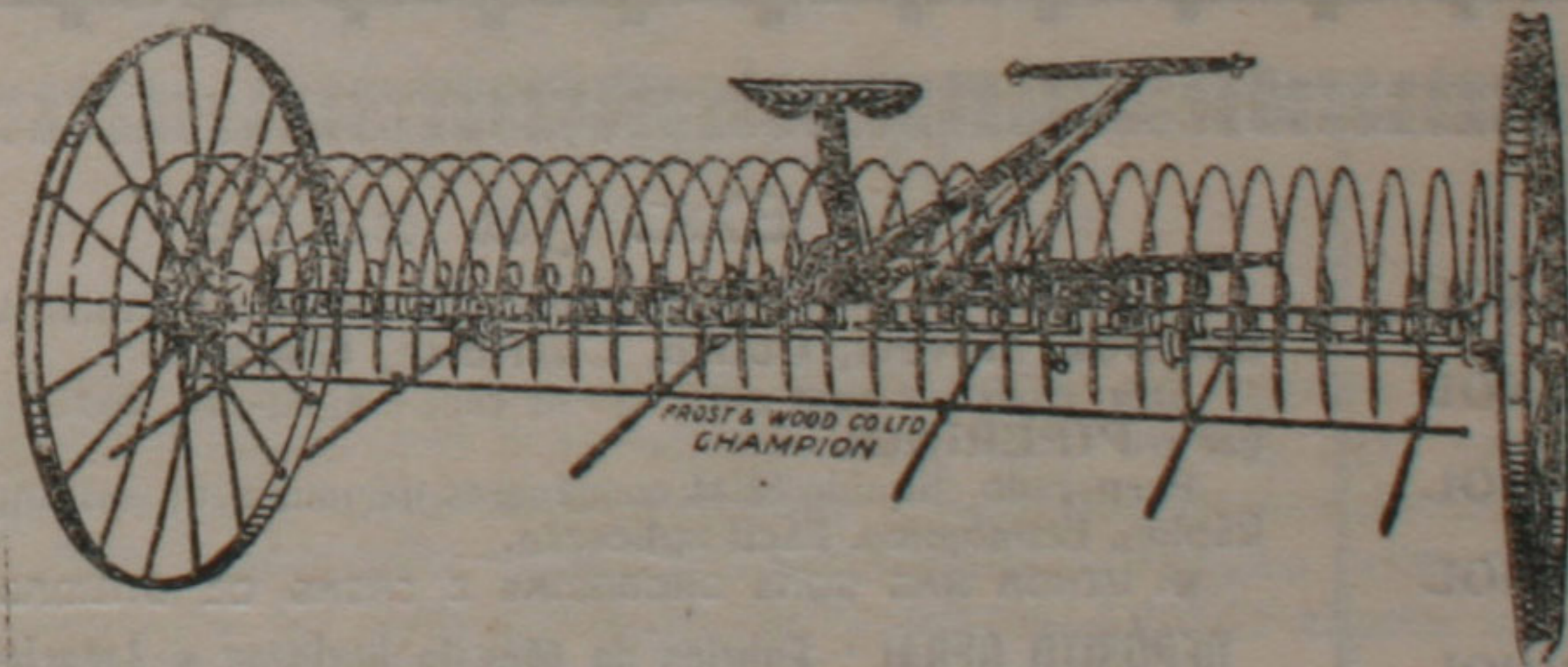
EM LISBOA:

Araújo & Perreiras, L.<sup>da</sup>

Rua do Comércio, 28, 3.º — LISBOA

# Toscano & C.<sup>a</sup>, L.<sup>a</sup>

Rua de S. Paulo, 117 — LISBOA



Máquinas, Motores Tractores, Bombas, Tubos e Acessórios,  
Charruas, Ceifeiras, Debulhadoras  
MATERIAL ESPECIAL PARA CULTURAS SACARINAS  
IMPORTAÇÃO DIRECTA

# Móveis ingleses e americanos

Os melhores, mais confortáveis, sólidos e elegantes móveis estofados nestes géneros são os que se adquirem na casa que primeiro os começou a construir

FÁBRICA DE MÓVEIS INGLESES E AMERICANOS

**Gil Dias de Assunção**

(Proprietário e director técnico)

FORNECEDOR DA LEGAÇÃO DE INGLATERRA

EXPOSIÇÃO E FÁBRICA—Rua do Sacramento à Lapa, 29 a 33—Telefone C. 1884

EXPOSIÇÃO PERMANENTE EM SALAS APROPRIADAS



## Companhia da Mala Real do Pacifico

The Pacific Steam Navigation Company

CARREIRAS QUINZENAIS de grandes paquetes rápidos

DE LEIXÕES E LISBOA PARA: Brasil, Argentina e Portos do Pacífico

PORTOS DE ESCALA: Las Palmas, S. Vicente, Pernambuco, Baía, Rio de Janeiro, Santos, Rio da Prata, Portos do Pacífico

AGÊNCIAS || EM LISBOA — E. Pinto Basto & C.<sup>a</sup>, L.<sup>a</sup> — 64, Cais do Sodré.  
NO PORTO — Kendall, Pinto Basto & C.<sup>a</sup>, L.<sup>a</sup> — 75, Rua Infante D. Henrique.

PIPERINOL

PIPERINOL

PIPERINOL

PIPERINOL

PIPERINOL

PIPERINOL

PIPERINOL

V. Ex.<sup>a</sup> já sabe

Que para encetar em qualquer côr e com esplêndido brilho, **Soalhos, Móveis, Couro, Corticite, Cimento**

*Sem cheiro* e sem emprêgo de cêra e água-rás, basta empregar o **PIPERINOL**.

Preparado líquido SEM congêneres nacionais ou estrangeiros. Rápido. Económico. Fácil aplicação.

À VENDA NAS BOAS DROGARIAS E CASAS DE UTILIDADES

**DEPÓSITO GERAL: Fábrica de Móveis Ingleses e Americanos**

*Com exposição permanente em salas apropriadas*

29, Rua do Sacramento à Lapa, 33—Tel. C. 1884

Premiado com medalha de prata na Exposição do Rio de Janeiro de 1922

# Colégio-Internato dos Carvalhos

Movimento escolar no ano findo

330 alunos

Cursos Liceal, Primario e Comerecial

Alimentação abundante e cuidada.

A mais escrupulosa atenção na formação moral dos alunos.

Nos exames officiaes destes ultimos anos tem obtido resultados que nenhum Colegio do distrito do Porto iguala.

Este colegio economisa ás familias, pelo menos, uma quarta parte das despesas que teriam a fazer em qualquer Colegio do Porto.

Pedir prospectos á Direcção

# Grande Colégio Universal

2, Avenida da Boavista, 28

PORTO

Telefone 1519

Situação saudável e aprazivel num dos melhores pontos da cidade. Edifício grandioso com todas as condições de higiene e conforto. Parques e jardins, com uma superficie de 9.000 metros para exercícius fisicos e recreios. Instalações completas. Inspecção medica diaria. Ensino proficiente e educação moral. Cursos infantis. Istrucção primaria Cursos completos do liceu e práctico do comércio. Admite alunos internos, externos e semi- internos.

Pedir prospectos aos

DIRECTORES

*Padre Manuel Correia dos Santos Brito*  
Antigo professor do extinuo Colegio de Santa Maria,  
*Dr. Augusto Correia dos Santos Brito*  
Professor e Engenheiro.

## COLÉGIO VASCO DA GAMA

Trav. das Freiras a Arruelos, 2

End. teleg. COLEGIO - Lisboa

Telefone: Norte 2146

O mais importante estabelecimento particular de educação e ensino do país, pela sua situação e instalações. Edifício moderno, expressamente construído no interior de uma grande quinta — pleno ar do campo — junto às Avenidas Novas e a 10 minutos do coração da cidade. O mais aperfeiçoado sistema de lavabos e balneários para banhos de imersão, aspersão e duches, a qualquer temperatura. Dormitórios amplos e arejados, profusamente banhados de luz e de sol, com cubagem superior a 600 metros. Optimas condições higienicas que o tornaram recomendavel pelas proprias autoridades sanitárias. Inspção médica, diária. Alimentação de primeira ordem.

O unico que dentro do seu recinto, possui campos de equitação, tenis, de foot-ball, piscina de natação, um magnifico gynasio-teatro e grandes paradas para recreio, com separação de classes.

Material escolar aperfeiçoado e moderno. Gabinetes de sciencias naturaes, de fisica e de química. Corpo docente diplomado e escolhido entre os mais considerados da capital.

Nove anos coroados dos mais lisonjeiros resultados literários e educativos, sendo conferido a este Colégio «Diploma de Honra» pelo Ministerio de Instrução Publica.

Importantes melhoramentos e ampliações para o proximo ano lectivo. As aulas reabriram a 17 de Outubro.

Admitem-se alunos internos, externos e semi-internos para a classe infantil, Instrução Primaria, Cursos dos Liceus e do Comércio.

Pedir esclarecimentos aos Directores:

*Padre Antonio Manoel da Silva Pinto de Abreu  
Dr. Luiz Gonzaga da Silva Pinto de Abreu*

## Colégio de Ermezinde

Ermezinde — Porto

Telefone 15 E.

(Quinta da Formiga)

O melhor Colegio de campo português

Refeições comuns e simultâneas para Professores e alunos. Amplos recreios e campos de foot-ball, tennis, etc. Educação literária, moral e artistica. Cursos primario, liceal e comercial. Frequencia 250 alunos. Nos exames obteve a mais elevada classificação do Liceu: *distinção com 18 valores.*

Enviam-se prospectos

Abriu a 15 de Outubro

A DIRECÇÃO

*Dr. Gaspar Augusto Pinto da Silva  
Padre Arnaldo Rebelo  
Dr. Francisco da Silva Pinto*

# Crónica política

Por Augusto da Costa

## I—O govêrno do momento e o momento do govêrno.

Assumiu o govêrno do país, por delegação do partido democrático, o sr. Rodrigues Gaspar. Concordemos em que o país merecia melhor; em que, talvez mesmo dentro da república, nos poderia ser fornecido um govêrno não inteiramente acéfalo, como êste. Porque não nos deram, então, outro govêrno? Porque, constitucionalmente, o partido democrático é o único alfofre de génios políticos e capacidades administrativas, como para a chamada *Causa Monárquica*, hoje extra, amanhã (quando o sr. D. Manuel voltar...) constitucionalmente, as únicas competências e capacidades políticas serão os conselheiros que todas as tardes se arrastam como pavões caquéticos, chupando charutos, à porta da *Havaneza*. O partido democrático, por agora, não tinha à mão outra gente, e deu-nos o antigo franquista Rodrigues Gaspar, flanqueado por outros históricos e indefectíveis republicanos.

Êste govêrno, já pelos pessoas que o constituem, já pela forma como foi constituído, é um govêrno de ruinosas incompetências. Precisavamos dum govêrno forte e competente, capaz de remar contra a onda da decomposição que nos ameaça tragar a todo o instante. Que nos deram? Deram-nos um govêrno de fetos, um govêrno de larvas, um govêrno de nados-mortos. Quais os planos, quais as idéas dêste govêrno? Mistério. Perguntem a um feto, a uma larva, a um nado-morto, quais as suas idéas e os seus

planos de governação pública, e terão, esteriopadas em caracteres de fogo, para que toda a gente as possa ver, as idéas e os planos do govêrno Rodrigues Gaspar.

## II—Crise de inteligência e crise de carácter.

Nós não podemos ser suspeitos de atacar os homens para defender os regimes, usando a conhecida fórmula conservadora: *o sistema é bom; os homens é que o tornam mau*. Mas não podemos deixar de afirmar que os homens, sendo corruptos, hão-de agravar os males congénitos do regime. As sucessivas repúblicas que temos tido em Portugal, de 1834 até hoje, corromperam primeiro os homens seus servidores, para depois serem ainda mais corrompidas por êles. É um círculo vicioso; é o moto-contínuo da corrupção dos seus homens, muitos, muitíssimos deles, se não na sua quasi totalidade, antigos caciques constitucionais, outros (menos) sempre intransigentemente e indefectivelmente republicanos, e que tinham, fatalmente, de levar ao regime um acréscimo de corrupção e de putrefacção. Não há regime que possa salvar-se, por melhor, por mais perfeita, por mais honesta que seja a sua estrutura, quando os ladrões, em vez de estarem a ferros na Penitenciária, dispõem à vontade dos cofres do Estado, e são elevados a altas categorias políticas; e onde os assassinos confessos, depois de mortos têm as

campas floridas e glorificados os nomes, e em vida, andam à solta e com o nome festejado em congressos partidários, entre abertas apologias do assassinato.

O mal vem de mais longe e é mais profundo do que pode parecer. É um mal político? Evidentemente. Mas é; também, mais do que isso. As suas raízes têm garras no fundo duma inteligência deformada e dum carácter corrompido. Não é possível governar bem, fazer uma obra de reconstrução nacional e social, com inteligências avariadas, deformadas, inquinadas dos piores venenos; nem é possível governar honestamente, quando o carácter baixou a um nível tão inferior. A *avariouse* democrática tudo corrompeu, os homens e os regimes. Não pode ser a mesma *avariouse* democrática a restauradora da nossa inteligência, do nosso carácter, das fibras mais necessárias à reconstrução do organismo nacional.

### III — Plutocracia, Democracia, Anarquia.

A doutrina está formulada de há muito; os factos comprovam-na todos os dias: em toda a parte onde o Estado é fraco, debilitado pelos partidos, é a Plutocracia quem toma conta d'ele. Isto é tanto verdade na conferência de Londres, onde se debate, mais uma vez, o problema da reconstrução económica da Europa, — e da Alemanha em primeiro lugar —, e onde se tenta a experiência dum governo de financeiros sobreposto a um governo de políticos, — como é verdade em Portugal, onde na Alta-Banca são associados monárquicos e republicanos, dando-se as mãos na mesma criminosa obra de expoliação da riqueza nacional. Quanta ingenuidade, numas, e quanta imbecilidade, noutras, são necessárias para certas pessoas acreditarem que o sr. Carvalho da Silva, multiplicado por cem, e o sr. Teixeira Gomes substituído pelo sr. D. Manuel, bastariam para fazer regressar o país, automaticamente, à paz podre do constitucionalismo, à doce anarquia anterior a 1910! Por nossa parte, entendemos que duas razões capitais nos obrigam a pôr de parte a idéa de encontrarmos alguma vez a mais pequena conveniência em

substituir a república pela monarquia constitucional. Conforme tive ocasião de escrever no *Diário de Lisboa* nos meados de Julho, dessas razões, «a 1.ª) é que em 1910 não houve uma mudança de instituições: houve uma simples mudança de pessoal; em vez duma coroa, temos um chapéu de côco; retroceder a 1910, ou a uma situação política análoga, nada produziria de útil para a Nação. Em 2.ª) razão temos isto, que não é pouco: a plutocracia é uma das causas dos nossos males presentes. Qual é a sua côr política? A judiaria financeira, em si, não tem côr política alguma: é governamental ou anti-governamental, consoante as circunstâncias, e sempre internacional. O que não impede a bancocracia portuguesa de ser um mixto de monárquicos e republicanos, e que êsses monárquicos vivam hoje tão bem na República como amanhã os seus colegas republicanos viveriam bem na Monarquia. Negócios são negócios, dirão uns e outros. Pois sim; mas quando os negócios se fazem jogando com a miséria da Nação, o lugar dos *negociantes* não é dentro da engrenagem normal do Estado: é na cadeia».

...É com gente desta que os constitucionais, que os homens da *Causa* querem restaurar a monarquia? Deus nos livre! Se essa monarquia, por um bambúrrio qualquer, alguma vez se restaurasse; e se à frente dela viesse colocar-se o sr. D. Manuel (é uma simples hipótese...) rodeado de todos os tubarões, e jarrões, que eternamente hão de gravitar à sua volta, — o primeiro artigo de fundo do jornal a *Monarquia*, se os constitucionais permitissem que o Integralismo tivesse um órgão na imprensa, intitular-se-ia simplesmente: *E a República continua!* Isto, que na própria *Monarquia* já foi escrito, é bom escrevê-lo de novo aqui. A indigência mental do órgão da *Causa* é de tal ordem, que o jornal é considerado por alguns republicanos como o *Mundo* da monarquia. Ora, essa indigência não é exclusiva do órgão: é congénita à *Causa*, é um mal colectivo. A *Causa* continua agarrada ao trambolho da *Carta*, com todos os actos adicionais respectivos. O Liberalismo, monárquico ou republicano, continua fiel às suas tradições de reprovar os efeitos, depois de ter aplaudido as causas. Assim, por exemplo, quer o *Diário de Notícias*, quer o *Dia*, são concor-

des em reprovar todos os crimes de natureza política ou social que nestes últimos tempos se têm dado: os crimes do 19 de Outubro, como os atentados pessoais praticados pelos bolchevistas. Mas, ao mesmo tempo, tanto o *Diário de Notícias*, como o *Dia*, não deixam de incensar religiosamente a doutrina que tornou possíveis, mais: a doutrina que gerou directamente todos esses crimes. O órgão da moagem, como bom republicano, não hesitou em escrever, para comemorar o 24 de Julho:

«Essa data tem assim uma altíssima significação histórica para o nosso país. Marca o início duma época que *sagrou para sempre o respeito pelas liberdades e tornou impossível, no campo legal, qualquer acto ou tentativa de despotismo.*

Assinalando-a hoje, ao país prestamos mais uma vez homenagem aos princípios que então triunfaram em Portugal».

Concordemos que é levar demasiadamente longe o impudor moral e mental, afirmar tais baboseiras. É inverter totalmente os factos. O absolutismo e o despotismo, por mais paradoxal que isto pareça, só foram nossos conhecidos quando em Portugal entrou a *Liberdade*. Como M.<sup>mo</sup> de Staël dizia em relação à França, diremos nós também que *«em Portugal o despotismo é moderno, e a liberdade é que é antiga».*

#### IV - «Esquerdas» e «direitas»

Com o país essorado como se encontra, corrompido por cem anos de avariose democrática, não hão de ser as *direitas* acéfalas, nem o radicalismo anarquista das *esquerdas*, que o poderão salvar. Com as *direitas*, sem energia, sem fibra, sem inteligência, constituídas pela massa enorme e acomodaticia dos *conservadores*—que são conservadores, precisamente por se *conservarem* sempre sossegados— a morte seria certa; com as *esquerdas*, que têm energia, que têm decisão, que têm idéas firmes e definidas (assim elas fôsem boas) como são firmes e definidas... a mesma morte seria precipitada. —Precipitada a mesma morte? Talvez por vontade de Deus, para que mais depressa soasse para nós a hora da Ressurreição. Por

que, quando Deus desfaz, é para construir de novo...

Esta classificação topográfica de *esquerdas* e *direitas* não nos pertence: é uma consequência da deformação mental determinada pelo Liberalismo. Mas, admitindo-a por momentos, devemos dizer que o nosso logar é na *extrema-esquerda*, e não entre as *direitas*. Somos *reaccionários*, e não larvas passivas. Somos *radicais*, e não acomodaticios conservadores. Somos *avançados*, e não podemos subordinar a nossa acção e o nosso pensamento a fórmulas mais do que mortas e enterradas. Não queremos simplesmente uma revolução política, porque uma simples revolução política mudaria o pessoal servidor do Estado, mas não mudaria a estrutura da sociedade portuguesa contemporânea. Queremos, por isso, uma revolução social, que mude radical e simultaneamente, os fundamentos do Estado, deformados pela democracia, e os fundamentos da sociedade portuguesa, deformados pelo Estado democrático, reintegrando assim a Nação na sua ossatura histórica. Estamos, por consequência, na *extrema-esquerda*; somos, por consequência, dos mais *avançados*. Mas o nosso radicalismo distingue-se perfeitamente de todos os outros, por este traço fundamentalmente característico: enquanto o dos outros é um radicalismo incoerente, anárquico, tocando quasi sempre as raias da imbecilidade, —o nosso é um radicalismo tão coerente consigo próprio que forma um todo homogénio, um corpo cerrado de doutrina; tão coerente com a nação, que foi informado, do princípio ao fim, pelas condições próprias e particulares do organismo nacional, através de todo o longo período da sua elaboração e do seu desenvolvimento; quer dizer, ao contrário dos outros, o nosso radicalismo é perfeitamente orgânico, e não nega, antes as confirma e por elles é confirmado, os ensinamentos da inteligência.

Anda por cá o sr. José Domingues dos Santos, em nome da ala avançada do partido democrático, a propugnar o estabelecimento obrigatório da comparticipação de lucros para os operários, dentro das várias empresas onde exercem a sua actividade. Supõe-se o ex-ministro da Justiça muito avançado, por defender esse princípio anti-económico e anarquizador. Que

idiotice! Dentro do mais profundo respeito pelas hierarquias sociais, absolutamente dentro da ordem, por consequência; sem a intervenção do operariado num capítulo da Produção onde ele é incompetente para tomar decisões, e, ao mesmo tempo, garantindo e promovendo o máximo rendimento do Trabalho, — nós, integralistas, queremos muito mais para o operário, e marchamos, portanto, muito na vanguarda dos avançados da nossa política! Se o chefe dos *domingues-santistas* conhecesse o nosso programa económico-social, lembrando os seus antigos hábitos de seminarista, havia de persignar-se três vezes, tal o seu espanto ao ver como nós condenamos formalmente a ordem-dispersa, e como queremos remediar os males que ela tem feito... Mas esta ignorância, ou melhor, o atraso dos republicanos em matéria de economia, não é de hoje nem de ontem. Se a doutrina republicana, no domínio político, é boa para governar macacos, e não homens, no domínio económico não tem classificação possível — por ser inexistente. Já Proudhon o notou há muito tempo, criticando o *Contrato Social* e alcunhando-o de *obra-prima de palhaçada ora-*

*tória...* (se Mayer Garção o soubesse, o que não diria!)

Também esses senhores avançados supõem tocar o inconcebível, o *non plus ultra* da política contemporânea, quando defendem o sufrágio universal... Coitados! Que diriam eles se soubessem que o Integralismo (ao mesmo tempo que elimina o voto político, e portanto os partidos) torna o voto extensivo, no município, a *todos os chefes de família*, sejam homens ou mulheres, e saibam ou não saibam ler; mas só aos chefes de família. Não falando já no voto profissional, que é intra-sindical, e intra-corporativo, e donde sai a legítima representação das forças económicas nacionais diante do Estado, representação inexistente dentro dum regime democrático, monárquico-constitucional, ou ainda mais republicano.

Não, incontestavelmente, em economia, a república não tem, nunca teve idéas próprias: limita-se a apanhar as pontas de cigarro que o socialismo despreza, já queimadas; em todos os outros capítulos, é claro, sempre é bom repetir que o sistema republicano se mantém ao nível mental do homem pre-histórico...




---

“A ORDEM” Semanario católico com larga tiragem para todo o país.

Assuntos palpitantes sobre politica e acção católica. Informação completa do que mais interessa aos leitores.

Propagar «A Ordem» é concorrer para o renascimento da fé na sociedade portuguesa.

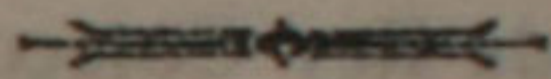
Nenhum bom português deve deixar de assinal-a e divulga-la. Envie-se um exemplar gratis a quem o pedir á administração de «A Ordem»

**Rua de Santa Catarina, 630 — PORTO**



## Das Letras e das Artes

# Os concertos de Ivo Cruz



Ivo Cruz, o j6ven compositor nacionalista que ocupa j6 hoje entre os m6sicos da nov6ssima camada, um lugar de inconfund6vel destaque, lan7ou, no Inverno passado, as bases duma como que confraria espiritual onde, 6 sombra da bela id6a da resurrei76o da Arte Portuguesa, se reunissem valores dispersos e boas-vontades desagregadas: — o *Renascimento Musical*. Deve-se a 6ste admir6vel n6cleo de verdadeiros artistas — e muito especialmente ao seu fundador — a realiza76o brilhant6ssima, no Sal6o Nobre da Liga Naval, duma s6rie de Concertos Hist6ricos de M6sica Portuguesa, — iniciativa da maior import6ncia para uma mais exacta compreens6o do G6nio Nacional e que pela primeira vez — 6 necess6rio accentu6-lo — se efectivou entre n6s.

As sucessivas fases do desenvolvimento da M6sica em Portugal — Classicismo, Romantismo e Modernismo, — foram sint6ticamente apresentadas em tr6s recitais acompanhados de confer6ncias constituindo um leg6timo e consolador 6xito art6stico e mundano.

No primeiro conc6rto, realizado em 31 de Janeiro, fez-se a resurrei76o de p6ginas esquecidas ou totalmente ignoradas de compositores portugueses dos S6culos XVII e XVIII e da primeira metade do S6culo XIX. Foi enorme a curiosidade que se ergueu em t6rno d6ste verdadeiro acontecimento art6stico. Num artigo publicado no jornal *A 6poca*, o Dr. Manuel M6rias escreveu: — “A iniciativa de Ivo Cruz, de t6o largas conseq6ncias para o nosso progredimento art6stico, tem todas as caracter6sticas duma perfeita exuma76o. Tantas laudas remo7adas pela f6 nacionalista do mo7o compositor e music6grafo, s6o todas elas encantadores entran7amentos de sons que testificam, mais claramente do que todas as notas cr6ticas dos

historiadores musicais, o ponto aprimorado atingido pela música em Portugal». A arte e a inspiração de compositores da envergadura do P.<sup>o</sup> Rodrigues Coelho, Sousa Carvalho, Xavier Baptista, Fr. Carlos de Seixas, Dominges Bomtempo e Joaquim Casimiro foram cabalmente apreciadas por um público de eleição, que assim consagrou definitivamente extraordinários artistas portugueses que só eram conhecidos através das eruditas obras de Joaquim de Vasconcelos, Ernesto Vieira, Sousa Viterbo, Lambertini, etc. Fernando Amado, um dos mais belos espíritos da geração que desponta, pronunciou, nessa noite, elevadas palavras de abertura; Eduardo Libório, entusiástico propugnador da Idéa Nacionalista nos domínios da Música, ilustrou a execução dos diversos trechos com considerações cheias dum equilibrado senso crítico e duma sólida erudição; Evaristo Campos Coelho e Ivo Cruz, ao piano, confirmaram as invulgares qualidades que a crítica lhes havia já notado.

No segundo concêrto (26 de Fevereiro) evocou-se a Época Romântica. Executaram-se obras de Daddi, de Miguel Angelo, dos Napoleões, de Augusto Machado, de Timóteo da Silveira, de Rey Colaço, de Tomás Borba e de Óscar da Silva. A nossa literatura musical feminina não foi esquecida: — composições de três das suas mais distintas cultoras — as Senhoras D. Honorina de Morais Graça, Ad. Brinita e Condessa de Proença-a-Velha — obtiveram, como as restantes, um vivo agrado da parte do numeroso público. Contribuiu para o magnífico resultado artístico dêste recital a preciosa colaboração das Senhoras D. Alice Rey Colaço, D. Laura Wake Marques e D. Marina Dewender Gabriel, e de Eduardo Libório, que novamente prendeu a assistência com as suas doudas afirmações de estudioso.

No terceiro e último concêrto, efectuado em 31 de Março e dedicado ao Modernismo português, o Dr. Fernandes Lopes, curioso espírito de crítico e de artista, realizou uma notável conferência que teve profundo eco no nosso meio intelectual. D. Laura Wake Marques e D. Marina Dewender Gabriel emprestaram a essa verdadeira noite de Arte o brilho da sua valiosíssima colaboração. As composições executadas, da autoria dos mais altos representantes, entre nós, das novas tendências musicais (Luís Costa, Francisco de Lacerda, David de Sousa, Tomás de Lima, Fernandes Lopes, Freitas Branco, D. Laura Wake Marques, Rui Coelho, Sampaio Ribeiro, D. Maria Antonieta Lima Cruz, Frederico de Freitas, Lima Frago e Ivo Cruz), foram aplaudidas com sincero entusiasmo. Ao piano, Ivo Cruz, Freitas Branco e Botelho Leitão houveram-se à altura dos seus nomes já consagrados.

A crítica foi unânime em louvar a bela iniciativa de Ivo Cruz e do *Renascimento Musical*, tendo tido a imprensa da capital, sem discordâncias, entusiásticas palavras de aprêço para com o jôvem compositor e os seus ilustres colaboradores.

Não se limitou, porém, Ivo Cruz a tornar conhecidos entre nós os mestres da Música Nacional. Quis, igualmente, estender além-fronteiras a sua admirável obra de propaganda nacionalista. E assim, em Abril último, por ocasião da visita

a Espanha da Tuna Académica de Lisboa, foi o moço artista convidado a organizar no *Real Conservatorio de Música y Declamación*, de Madrid, uma Conferência-Concôrto Histórico de Música Portuguesa, que foi precedida de elogiosas palavras de apresentação de D. Julián Regúlez Torrea, Presidente da Real Associação de Alunos do Conservatório. O triunfo alcançado foi enorme, Eduardo Libório, sintetizando numa breve palestra a evolução da Arte Musical no nosso país, e Ivo Cruz e Frederico de Freitas, executando composições dos mais representativos autores, receberam da selecta e numerosíssima assistência as mais inequívocas demonstrações de aprêço.

A elevada tarefa encetada há meses por Ivo Cruz e os seus companheiros do Renascimento Musical vai prosseguir. Dentro de pouco tempo, novos concôrto e novas conferências virão mais uma vez salientar o modo digno e a patriótica intenção com que trabalha êsse grupo de verdadeiros artistas portugueses.

---



---

## Rosário de Rimas

## Mais Cantigas

por SILVA TAVARES

EDITORA:

Livraria Civilização

R. das Oliveiras — PORTO

**UROL**

DISSOLVENTE ENERGICO  
DO ACIDO URICO  
CURA OS ARTHRITICOS  
E OS RHEUMATICOS



DEPOSITO GERAL  
FARMACIA FORMOSINHO  
M. ADRIANO GUEIFFÃO FERREIRA  
PRAÇA DOS RESTAURADORES, 18 - LISBOA

# Portugal na Grande Guerra

## e o livro do major Vasco de Carvalho

Por João de Castro

*Com o título de «A 2.ª Divisão Portuguesa na Batalha do Lys», publicou o nosso ilustre amigo e colaborador major Vasco de Carvalho o seu anunciado e esperado livro sobre o 9 de Abril. Os leitores da Nação Portuguesa conhecem já um capítulo dêsse livro. Constitui êle um elegantíssimo volume, prefaciado pelo general Tamagnini, comandante do Corpo Expedicionário a França. Interessante o depoimento do velho general, — interessante e desassombrado. Associamo-nos gostosamente ao elevado juízo em que o general Tamagnini reputa o estudo, — autêntico capítulo de história militar —, do major Vasco de Carvalho. E para reforçar as nossas homenagens a tão certo e dedicado companheiro, aqui estampamos, recortando-o do Diário de Lisboa, com a devida vénia, o artigo que a respeito de «A 2.ª Divisão Portuguesa» escreveu o nosso camarada na mesma fé lusitanista João de Castro.*

A cooperação da guerra da Europa foi para Portugal um fenómeno mais grave do que à primeira vista pode parecer ante a sua limitada intensidade.

Uma minoria de portugueses se bateu na guerra da Flandres, e no entanto, a importância dêsse facto na nossa história contemporânea todos os dias aparece maior. As reacções que provocou na política interna portuguesa, os sintomas da crise, a dissolução social que mostrou, a desorganização que veio aumentar, a

confusão de valores a que veio dar azo, são fenómenos graves que, apesar da sua limitada intensidade, produziu e que mereciam um capítulo inteiro de crítica social. E, no entanto, poucos ou nenhuns estudos sérios apareceram a analisar a guerra sob o nosso aspecto português. Nem mesmo a literatura (essa crítica social e psicológica mais profunda e mais íntima) soube analisar a grande crise da intervenção sob o aspecto português. Lendo «L'Appel du Sol», de Adrien Bertrand, sente-se o motivo nacional

da guerra em França. Lendo o «Feu», de Barbusse, sente-se a dor social que a guerra tentou resolver e afinal aumentou. Em Portugal, tirando livros de impressões (entre os quais é justo destacar o «Ao parapeito», da grande sensibilidade literária de Pina de Morais), nenhum livro apareceu a estudar a crise das almas, num livro de literatura, ou a crise dos factos, num livro de estudo. Não porque o país seja pequeno e não dê motivos bastantes, lenda que só serve a quem quer desculpar-se da sua pequenês, mas porque os que viveram este momento não o quiseram ou não puderam fazer.

Surge-nos agora um livro forte e completo, ao mesmo tempo de análise social e de técnica militar, do major Vasco de Carvalho. Bom seria que todos os portugueses o lessem com a atenção que requiere, porque do seu pormenorizado estudo, da sua documentação quasi esgotante, da sua clara e imparcial crítica surge-nos a intervenção na guerra da Europa em toda a sua verdade e dôr.

O major Vasco de Carvalho pertence à geração nacionalista, a quem incumbe, se souber cumprir o seu destino, a completa e definitiva revisão dos valores nacionais e a fundação (como cúpula dêsse trabalho) de um regime nacional. Com alegria vemos que o major Vasco de Carvalho não mente à sua geração. Num momento em que em Portugal se escreve animado de pequenas paixões, de mesquinhos ódios, o seu livro é leal e sereno, equilibrado no ataque ou na defesa. Não é um livro de polémica, e por isso mesmo mais terrível êle é. Livro de estudo e de sábia documentação, que só o major Vasco de Carvalho estava em situação de juntar e analisar, não é por isso menos doloroso este livro.

Sim, um livro doloroso. Porque dêle surgem terríveis e esmagadores todos os erros políticos, sociais e militares com que a nossa guerra foi conduzida.

Começa logo no erro terrível da forma de cooperação e a escolha dos motivos da guerra, quando os motivos aceitáveis da guerra, os dos ataques às nossas colónias de África, nos conduziriam por si ao nosso natural campo de batalha. É com alegria que eu vejo este livro concordar, capítulo a capítulo, com aquilo que eu afirmei no prefácio que fiz ao relatório do ge-

neral Pereira de Eça sobre a campanha do Sul de Angola. Uma política de guerra bem conduzida ter-nos-ia dado o domínio incontestado em África.

Mas surgem depois ainda mais numerosos os erros, a lentidão na organização, a pequenez material do esforço empregado e daí o sacrifício dos que dêle participaram. E depois mais erros, mais desastres, a intervenção da política nas tropas combatentes e o descalabro material, tudo que preparava a derrocada e que o major Vasco de Carvalho resume nesta frase: «a barafunda orgânica existente nas vésperas da batalha».

Ainda nas rendições de tropas do dia 5 de Abril havia soldados que se revoltavam e faziam fogo sobre o automóvel do general comandante da divisão.

O que os relatórios diziam nas vésperas da batalha é apavorante. As condições materiais e morais em que os soldados iam combater condenavam-nos à derrota. Essas páginas em que o major Vasco de Carvalho, citando relatórios de oficiais comandantes das pequenas unidades, em contacto com a tropa, de médicos, de oficiais superiores, analisa a causa da nossa inferioridade são aterradoras de verdade palpável. E são, ao mesmo tempo, belas e grandes páginas de análise social. A atmosfera que ali se descreve têm raízes mais fundas que as imediatas torturas e os pequenos erros. É uma raça em crise, salvando-se apenas por uma reserva maravilhosa de heroísmo, de resignação, de persistência indomável.

As páginas sobre a resistência desordenada, pouco estratégica mas heróica, mas violenta e invencível consolam-nos bem de todo o resto.

Por elas é também este livro um livro consolador. Tropas nenhuma do mundo, nas condições em que as nossas estavam, sem comando, sem ambiente moral, sem amparo material, resistiram assim como as nossas, apenas apoiadas na hereditária coragem, na subconsciente formação de heroísmo e persistência, de paciência e de audácia que nos gerou a nós, portugueses de hoje. Não é a afirmação retórica que aqui nos mostra esta consoladora verdade. É a conclusão que se vêm acumulando capítulo a capítulo depois da análise dos erros e dos males, pela análise da

heróica resistência que nas piores condições, soubemos ainda ter.

Conclusão mais consoladora não podia ter este livro, porque é na desgraça e no descalabro que a qualidade da raça se mostra a nu. Se nestas terríveis condições a raça resiste, é porque a sua formação, a sua qualidade já estável de valor é grande e forte. Livro consolador sobre a raça portuguesa, é este livro doloroso na análise da crise que ela atravessa. Também como obra técnica, como trabalho e critério, este livro é consolador. Quem lê os livros técnicos franceses e sobretudo os alemães, percebe como e porquê os exércitos franceses ou alemães puderam vencer e resistir. Porque tinham a formação dum exército, um estudo sério das condições da guerra, hora a hora aumentado por oficiais de um especial valor e de uma grande capacidade de trabalho.

O livro do major Vasco de Carvalho é, sobre este aspecto, uma compensação para as inúmeras faltas do nosso meio militar. É uma obra militar tecnicamente perfeita, onde os ofi-

ciais portugueses de hoje e de amanhã poderão estudar a nossa guerra, e os erros a evitar.

É um trabalho que nos alegra pelo que revela de qualidades de inteligência e de trabalho na nova geração de Portugal.

O major Vasco de Carvalho contraiu no entanto para conosco uma dívida: a de continuar esta obra com um outro livro de estudo das nossas campanhas de África durante a grande guerra, das suas glórias, erros e possibilidades não aproveitadas. E como dívida futura e ainda maior, fazer essa «História Militar de Portugal» que ainda ninguém tentou com segurança e larguesa.

Mas já este livro representa um grande e prestigioso esforço de nacionalismo e inteligência. Se a conclusão do seu livro é dolorosa, não é menos certo que na dor e na expiação se renovam sempre as pátrias e, ele no-lo diz, «o 9 de Abril foi uma expiação, uma terrível expiação». Que ela nos ensine a encontrar o bom caminho da salvação.



# Registo de entradas

## Revistas portuguesas.

*Estudos*—Revista mensal de cultura e formação católica. Órgão do C. A. D. C. de Coimbra. Ano III, n.ºs 26, 27 e 28, Junho, Julho e Agosto, 1924, Coimbra.

*Seara Nova*—Revista de doutrina e crítica. N.ºs 37 e 38, Julho e Agosto, Setembro e Outubro, 1924, Lisboa.

*Broetéria*—Série de vulgarização. Vol. XXII fascículo V, Setembro 1924.

Esta admirável revista, que o ilustre naturalista R. P. J. Tavares dirige, publica, entre outros escritos curiosos, um artigo de homenagem ao grande químico e denodado católico Sr. A. J. Ferreira da Silva.

*Revista de Guimarães*—Publicação da Sociedade Martins Sarmento. Guimarães, 1924.

*Revista Literária*—Director, proprietário, e editor: César de Frias. N.ºs 4, 5 e 6, Junho a Agosto de 1924, ano I. Sede provisória: Rua Garret, 73, 75.

*Ação Realista*—Revista quinzenal: Ernesto Gonçalves, n.ºs 1 a 9. Rua da Barroca, 59, sobre-loja.

*Boletim Mensal*, da Ordem Terceira e Missões Franciscanas portuguesas. XVII Ano, n.º 9, Setembro de 1924.

## Revistas estrangeiras:

*A América Brasileira*—Director: Elísio de Carvalho. Ano III, n.ºs 30, 31, 32 e 33. Junho a Setembro de 1924. Rua 1.º de Março, 96, 3.º, Rio de Janeiro.

*O Mundo Literário*—N.ºs 27 e 28, Julho e Agosto, 1924. Rio de Janeiro.

*Terra de Sol*—Revista de Arte e Pensamento. N.º 26, Julho de 1924. Rio de Janeiro.

*Nação Brasileira*—Revista mensal ilustrada. Rio de Janeiro, Praça Tiradentes, 87, 1.º

*A Ordem*—Órgão do Centro D. Vital. Director, Jakson de Figueiredo. Ano III, n.º 36, Julho de 1924. R. Rodrigo Silva, 7. Rio de Janeiro.

*Revista do Brasil*—Directores, Paulo Prado e Monteiro Lobato. Ano VIII, vol. XXV, n.ºs 103 e 104, Julho e Agosto de 1924. Praça da Sé, 34. S. Paulo.

*Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria*—Boletim mensal. Ano XII, n.ºs 5, 6, 7 e 8, Maio, Junho, Julho e Agosto de 1924. Rio de Janeiro.

*Unión Ibero-Americana*—Agosto, 1924. Madrid.

*Raza Española*—Revista de España y América. Ano VI, Mayo-Junio, n.ºs 65 y 66, 1924.

*Estudis Franciscans*—Revista mensal dirigida pelos padres capuchinhos. *Etapa III*. Julho, Agosto e Setembro, 1924, n.ºs. 205, 207 e 208. (Convent de Pares Caputxins), Barcelona-Sarriá.

*Pegaso*—Revista mensal. Directores : Rodolfo Mezzera, Pablo de Grecia e M. Delgado.

Secretário : Telmo Mznacorda. Montevidéu. Abril de 1924. Ano VIII, n.º 70.

*Uruguay*—Revista mensal. Abril de 1924, ano VIII, n.º 70.

*Sirio*—Revista de Arte e Crítica. Ano I, Paysandú (R. Oriental) Junho 1924, n.º 5.

## As edições da «Nação Portuguesa»

*Nação Portuguesa*, cada vez mais empenhada em difundir e servir a verdadeira cultura nacionalista, dispõe-se a iniciar com *separatas* dos principais traba-

lhos que publicar, uma colecção de estudos que se dividirá em várias séries.

Serão elas, segundo a natureza dos assuntos, as seguintes :

- A — Série Oliveira Martins (Estudos políticos e económicos).
- B — Série Alberto Sampaio (Estudos históricos).
- C — Série Ferreira Deusdado (Filosofia e história da filosofia).
- D — Série Moniz Barreto (Crítica das idéas e das letras).
- E — Série Martins Sarmiento (Estudos antropológicos e arqueológicos).
- F — Série Néri Delgado (Estudos científicos).
- G — Série Rocha Peixoto (Estudos etnográficos).

Escusado é acentuar a importância desta nossa resolução. Com ela afirmamos mais uma vez o nosso desejo de restaurar nos domínios do espírito

a fisionomia perdida de Portugal e de contribuirmos assim para o bom combate em defesa da civilização que ajudamos a criar.

## CRÍTICA LITERÁRIA

*Nação Portuguesa* publicará normalmente a avaliação crítica dos livros que forem aparecendo e mereçam ser contados para a apreciação do movimento intelectual português.

No empenho de fomentar em Portugal o melhor conhecimento do Brasil intelectual, estabelecerá oportunamente, também, uma secção especial de crítica e bibliografia destinada à literatura brasileira.

Entretanto só fará referência a livros de que lhe sejam enviados dois exemplares.



# SUMARIO

da 2.ª parte

|   |                            |
|---|----------------------------|
| Adiante, por sôbre os cadáveres! . . . . .      | A. S.                      |
| António Nobre e o nacionalismo da geração de 90 | Castelo Branco Chaves      |
| A crise do Estado . . . . .                     | António Sardinha           |
| O significado do Congresso Eucarístico Nacional | Doutor Gonçalves Cerejeira |
| A questão da pesca . . . . .                    | A. S.                      |
| "Flávio" . . . . .                              | Nuno de Montemor           |
| "Jus" de branco "injuria" a preto . . . . .     | Hipólito Raposo            |
| Das idéas, das almas e dos factos . . . . .     | Redacção                   |

## ESTUDOS

Revista mensal de cultura e formação católica :-

ORGÃO DO C. A. D. C. DE COIMBRA

Esta revista é imprescindível a todas as pessoas que se interessam pelo movimento católico de Portugal

### Assinatura anual

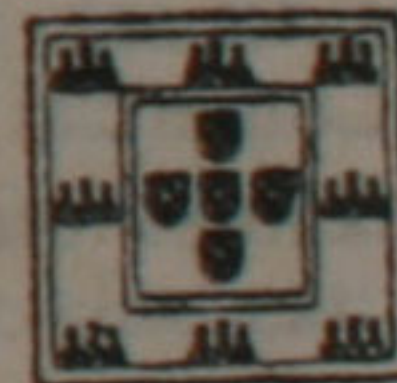
|                           |        |
|---------------------------|--------|
| Para Continente . . . . . | 20\$00 |
| " Ultramar . . . . .      | 30\$00 |
| " Estrangeiro . . . . .   | 40\$00 |

Redacção e Administração:

Couça de Lisboa, 28 — COIMBRA

LVSITÂNIA

REVISTA DE ESTVDOS PORTVGVESES



LISBOA

DIRECTORA

D. Carolina Micaëlis de Vasconcelos  
Redacção: Praça Camões, 48, 2.º

## ESCOLA ACADÉMICA DO PORTO

Rua e Quinta do Pinheiro

TELEFONE 708

Um dos primeiros collegios de Portugal. Cursos infantis, primarios, liceus e commerciaes, para alumnos internos, semi-internos e externos. Educação completa.

A secretaria está aberta para informações e matriculas desde as 10 ás 17 h.

## MAQUINAS E MOTORES ELECTRICOS

Para entrega immediata

Preços sem concorrência

BURGUETE & BRAGANÇA, L.<sup>da</sup>

Rua dos Fanqueiros, 102, 104 e 106 S.<sup>o</sup> E.

LISBOA

## COLÉGIO POVOENSE

Avenida Mousinho de Albuquerque

O COLEGIO POVOENSE, situado na Avenida Mousinho de Albuquerque, a alguns metros do mar em edificio amplo, construido para esse fim, é uma instalação-modelo, com todos as exigencias higienicas, que são a base salutar duma educação completa :-: :-: :-: :-: :-: :-: :-: :-:

Admite alumnos semi-Internos e externos para instrução primaria, curso geral dos liceus e curso do commercio

## COLÉGIO INTERNATO

DE S. LUIZ

ESPINHO

Alunos internos, semi-internos e externos.

Cursos Liceal, até á 3.<sup>a</sup> classe, Commercial e Primario

Nos exames officiaes conta apenas uma reprovação

Educação Moral escrupulosa

Alimentação comum para a Direcção, professores e alumnos.

Perfeita vida em familia.

O melhor clima maritimo de Portugal.

## Colegio Infante D. Henrique

Avenida da Liberdade

BRAGA

Curso primario, commercial e secundario

O Colégio mais modesto do paiz.

Não aceita alumnos que não satisfacão as condições estipuladas no Estatuto. Idade minima 6 e maxima 15 anos.

OS DIRECTORES

*Manuel Martins Torres Ferreira*  
(Professor de ensino livre)

*Antonio Gonçalves Pereira*  
(da Faculdade de Direito)

*Abilio de Araujo Regalo*  
(da Faculdade de Letras)

# BIBLIOTECA NACIONALISTA

Livros à venda na administração da «Nação Portuguesa»

## Fernão da Vide

O Pensamento Integralista..... 5\$00

## Dr. Pequito Rebelo

Novos Métodos de Cultura..... 18\$00

Cartilha do Lavrador..... 2\$50

Pela dedução à Monarquia..... 5\$00

## António Sardinha

Valor da Raça..... 6\$00

Tronco Reverdecido..... 4\$00

Quando as nascentes despertam..... 6\$00

Epopeia da Planície..... 6\$50

Na Côte da Saúde..... 5\$00

Chuva da tarde..... 5\$00

## Hipólito Raposo

O sentido do Humanismo..... 3\$00

Coimbra Doutora..... 5\$00

Boa Gente..... 6\$00

Livro de Horas..... 6\$50

Ana Maria..... 2\$00

Outro Mundo..... 6\$00

Seara Nova..... 10\$00

Caras e Corações..... 5\$00

## Luís de Almeida Braga

Culto da Tradição..... 3\$00

Mar Tenebroso..... 6\$00

Pão Alheio..... 6\$00

O significado nacional da obra de Camilo..... 5\$00

## Armando da Silva

A Crise das Democracias..... 2\$00

|  |        |
|--|--------|
| <b>Alberto Monsaraz</b>  |        |
| Sol Creador .....  | 5\$00  |
| Da Saudade e do Amor.....  | 5\$00  |
| <b>Gama e Castro</b>   |        |
| O Novo Príncipe ou o espírito dos governos monárquicos .....   | 10\$00 |
| <b>Manuel Múrias</b>   |        |
| O Seiscentismo em Portugal.....  | 6\$00  |
| <b>Fernando Campos</b>   |        |
| Os nossos Mestres. ....  | 10\$00 |
| <b>Luís Costa</b>  |        |
| A Cidade Vermelha.....   | 6\$00  |
| <b>Major Vasco de Carvalho</b>   |        |
| A 2. <sup>a</sup> Divisão portuguesa na Batalha de La Lys .....  | 35\$00 |
| <b>António Claro</b>   |        |
| Memórias dum Vencido .....   | 8\$00  |
| <b>Félix Correia</b>   |        |
| Sangue—Mocidade—Amor .....   | 10\$00 |
| <b>Castelo Branco Chaves</b>   |        |
| Fialho de Almeida.....   | 6\$00  |
| <hr/>  |        |
| A Questão Ibérica .....  | 10\$00 |
| Cartilha Monárquica .....  | 1\$50  |
| Cartilha do Operário .....   | 1\$50  |
| A Questão Dinástica .....  | 8\$00  |
| Os Planos da Autocracia Judaica.....   | 5\$00  |
| 1. <sup>a</sup> série da Nação Portuguesa, numeros 1, 3, 4, 5, 6, 8, 10, 11 e<br>12 quási esgotada, cada número..... | 7\$50  |
| <hr/>  |        |

Para a província acresce o porte do correio excepto para os assinantes da «Nação Portuguesa».

Todas as encomendas são enviadas c/reembôlso.

As encomendas para a Africa seguem por conta e risco do comprador.

# Adiante, por sôbre os cadáveres!

---

Nova jornada vai começar para a nossa revista e são hoje, como ontem, as mesmas palavras de esperança as nossas palavras de exortação. Nem por um só instante desprendamos o problema português do problema ocidental! Mais que uma crise de ordem meramente política e social, a crise, que tão dolorosamente a Europa atravessa e que no nosso país se reflete em aspectos máximos de tragédia, é, sobretudo e talvez unicamente, uma crise de «civilização».

Mas o que se deve entender, o que entendemos nós por «crise»? Igual interrogação se fazem todos os que na hora presente têm em consciência a responsabilidade do futu-

ro,—ou manejem uma, pena ou afaquem uma espada. Igual pergunta se faz a si próprio René Johannet, autor dêsse livro, bem discutível por certo, mas forte de energia, tão rico de apêlo à acção, — «Éloge du bourgeois français». «Moment périlleux et decisif, dit fort bien Littré, — regista René Johannet a respeito do que seja uma «crise». «Périlleux, c'est-à-dire, autout lequel se joue le tout pour le tout». E o autor do «Éloge du bourgeois français», procurando definir a sua preocupação, remata concludentemente: — «Voilà les développements naturels que comporte la définition de Littré, qui est la définition classique». Uma «crise» não é, pois, uma difi-

culdade passageira, uma contrariedade fugitiva na marcha das coisas públicas ou dos negócios governativos. Se uma das piores gafas dos sistemas democráticos, é a «vulgarização excessiva», é a «facilitação» deprimente a que obriga tudo, na bastardia dos vocábulos e no uso indecoroso a que o verbalismo dos tribunos e dos sicofantas lhes sujeitam e entortam o significado, vai-se-lhes a natural nobreza, a natural propriedade, a ponto de se tornarem fórmulas vagas, expressões unicamente auditivas. Tal acontece com o termo «crise», inteiramente deshonrado pela gíria dos políticos profissionais e de seus compadres, — os senhores que, a tanto por opinião, escrevem «artigos» nas gazetas.

Impõe-se assim a necessidade de a tudo se restituir o seu valor, de a tudo se restituir o seu lugar e o seu sentido. Restituamos, pois, à palavra «crise» a sua perdida dignidade! Se ela traduz, na verdade, um instante «perigoso e decisivo», um instante em que o risco de se ser vencido é igual ao risco de total subversão, não há dúvida que Portugal se encontra em «crise», porque se encontram em completa negação as suas mais íntimas razões de ser, os motivos mais fortes da sua velha existência histórica.

Mas o fenómeno, cujos efeitos dominadores e progressivos com angústia constatamos, não é um fenómeno doméstico, de natureza exclusivamente nacional. Se lhe bosquejarmos a densa árvore genealógica, sem custo se verificará que as suas raízes são as raízes do mal profundo, do mal já mais que secular, em que a idéa solidária de «Europa» se vem assustadoramente desfazendo. O minuto extremo, —aquele em que a «crise» atinge a plenitude e se resolve, numa direcção ou noutra, é, porém, o minuto que corre. Mas de que estranha enfermidade, de que herança perniciosa recolhemos as conseqüências? Não é inútil repeti-lo! São os frutos dum largo e irrepemido individualismo, que, revelando-se primeiro com a Reforma na dissidência religiosa, se revelou com a Revolução-Francesa na quebra da unidade moral por que cada pátria se regia e alimentava.

Como os do Proteu mitológico, vários são os aspectos do Individualismo, múltiplas e imprevisas as suas formas. Mas, sem dúvida, a sua obra mais nefasta foi a que, em nome duma illusória «liberdade intelectual», operou nos domínios da Intelligência propriamente dita. Levando-a ás embuscadas do puro subjectivismo, levando-a à rutura com

a objectividade e, portanto, com a essência inalterável do Ser, expulsou o "absoluto" da vida humana, para o substituir, numa evidente diminuição da nossa personalidade, pelas traiçoeiras, ainda que sorridentes seduções, do chamado "intelectualismo", — da chamada "filosofia moderna". Despresadas desta maneira a lição e a experiência dos séculos, os homens rolaram de quimera para quimera, de utopia para utopia, entregues cegamente ao canto hipócrita das sereias que, prometendo-lhes a ambicionada emancipação, — a posse apetecida dos frutos da árvore de Todo-o-Saber, só os trouxeram, afinal, aos parapeitos do abismo, em que, suspensa da sua túnica bordada de castelos e catedrais, a grande madre Europa, se alonga um passo adiante, não tardará a precipitar-se.

Não nos quedaremos aqui em demorados exames de consciência. Mas, apontando como a tara pior do Individualismo a sinistra perversão da Inteligência, diabòlicamente efectivada por êle, o nosso fim é salientar a urgência de condicionar toda a acção reconstrutora por um labor constante de rectificação mental. Para que a "crise" assumisse quasi as raias da catástrofe sem remédio, abriu-lhe o caminho, facilitou-lhe o

andamento, o trabalho de dissociação criticista, em que, a partir, principalmente, do século XVII, a Inteligência, prostituindo-se, se empenhou afincadamente. Preparando o advento duma barbaria espantosa, duma barbaria sem nome, era, no fim de contas, o seu suicídio que a Inteligência preparava. Apercebeu-se ela da sorte que a esperava nas alamedas da Cidade-Nova, a tempo de poder reagir, já com a lei do Número ululando, como um monstro de mil cabeças, contra a lei do Espírito, — a eterna lei libertadora, a lei pela qual o homem, se a aceita e serve, é implicitamente colaborador de Deus na obra incessante da criação.

Saüdando no prólogo do seu livro, já citado, o Ditador que há de surgir para agrupar e coordenar os valores dispersos, mas diligentes, de que a França hodierna regorgita, cheia, escreve René Johannet: — «Il n'y a jamais pour les peuples qu'un seul et immense problème, qui ne s'interrompt pas une minute et ne cesse de se transformer: le problème des élites». Efectivamente, o problema imenso, o único problema a que, no fundo, se reduzem as agitadas questões do nosso mundo, — do desgarrado mundo ocidental, é um problema de «élites», um problema de

«aristocracia», (ressuscitando e reabilitando a velha designação), — é um problema de puros elementos condutores, de minorias renovadoras, que se sobreponham enèrgicamente às apáticas, quando não subtrativas, quando não parasitárias, «classes dirigentes» das mentiras convencionais do nosso tempo. Se, como reconhecemos, a sociedade morre por carência de actividades que a estimulem na luta que é imperioso manter contra os agentes que afanosamente a desfibram e decompõem, para onde apelar, a não ser para a «selecção positiva», visto que a selecção pretensamente igualitária da Democracia só gerou o predomínio das cegas fôrças materiais sôbre o claro sorriso de Minerva, — sôbre a imarcessível Flor-de-Lis, que é o brasão de tudo quanto, em nome do Espirito, se oponha à tirania grosseira do Ouro e do Número. Mas como suscitar essas «élites», como promover a sua floração, o seu desenvolvimento?

Decerto que nas próprias reservas da sociedade, o seu germen existe latente. O que carecemos é de moldes, é de instituições que naturalmente promovam a sua gestação e as amparem depois no crescimento, facilitando-lhes a detenção do Poder e com ela a direcção da

vida social. Se a «aristocracia», se a «élite» não dispõe de nenhuma formação ética e mental, irrecusavelmente que se volve depressa em casta absorvente, em oligarquia sequiosa dos mil e um prazeres, derivados do desfruto do mando. Se mandar é um «fim» e não um «meio», a «élite» não é «élite», porque não corresponde à sua dupla função criadora e escalonadora. Iludem-se, por isso, os que, aterrados a um arcaico e desprezível conservantismo, imaginam que o repouso da sociedade e o seu ingresso no desejado equilíbrio se limita apenas a uma simples operação de carácter policial, — a um mero restabelecimento militar da ordem. A «ordem» em si pode até ser a «ordem» do bochevismo, pode até ser a ordem que existe nos próprios Infernos, porque no Inferno existe uma «ordem», como Dante no-lo assinala, a Teologia no-lo ensina e agudamente Jacques Maritain nos acentúa no seu «Anti-moderne».

Acabemos com tão estéril como anuladora superstição, — a superstição da Ordem! Naturalmente que a ordem é condição essencial da vida. Mas não é a Ordem que gera a Vida, e sim a Vida que gera a Ordem. A Ordem, ditada pelo ritmo sagrado da Vida, nos devemos dirigir. E outra



não é senão a Ordem, fundada e inspirada numa ordem mais profunda e mais real, — a do império imprescritível do Espírito.

Pense-se o que se pensar, braceje-se o que se bracejar, o dilema está nitidamente enunciado:— a Ordem, sinónimo da civilização, só se restaurará pelos mesmos princípios porque, nos horizontes já brumosos da história, um dia foi possível. Sem a plena instauração de tais princípios, o Cáos voltará a soltar o seu rugido infrêne, voltará a negra confusão primitiva. E nesta altura prevenimos que, amando cada vez mais a expressão directa e sóbria, não nos achamos aqui esboçando apocalipses, com tanto de ridículas como de enfáticas! No duelo tremendo em que se emmaranham os instintos mais ocultos da sociedade com as suas mais belas lucilações, apenas a Igreja mantém a firmeza do seu rochedo, — apenas a Igreja que fez a Europa e que salvou do naufrágio do mundo antigo os melhores legados da cultura clássica, nos aponta a estrada segura da vitória e da reconstrução.

Não se esqueceu ainda aquela vigorosa página de Taine no «Ancien régime», quando o filósofo, resumindo o pandemónio violentíssimo da grande noite medieval, com

as invasões passando e repassando, nos coloca diante dos olhos a solicitude quási divina dos monjes e dos bispos, tirando de tantos escombros fumegantes os lineamentos duma nova idade de paz, de trabalho e de fraternidade. Graças ao clero, graças à Igreja, as vontades se somaram, as dedicações se hierarquizarão, as inteligências exploraram as veredas obstruídas do conhecimento e da meditação,—e de tão aplicada e evangélica tarefa resultou uma «ordem» que, no dizer de Taine, «a empêché l'Europe de devenir une anarchie mongole». Ameaçada de novo a Europa de cair, de mergulhar, e talvez irreparavelmente, numa como que «anarquia mongol», à «ordem christã» necessitamos de nos devolver, porque só na «ordem christã» o homem deixa de ser «indivíduo» para se tornar «pessoa», — porque só na «ordem christã» o homem, de quantidade errática e centrífuga, se transforma em parcela aditiva, em fecundo elemento activo, dentro da continuidade admirável das gerações.

«Revolta do ser contra a espécie», — eis como Augusto Comte classificou o individualismo revolucionário. Revolucionário, não porque êle date da Revolução-Francesa, — não porque êle descenda do

grito rebelde de Lutero, mas porque, acompanhando-lhe a linhagem ao arripio dos tempos, vai directamente entroncar no «Non serviam»! eterno de Satanaz. Pois «revolta do ser contra a espécie», o individualismo revolucionário, tão seguramente sintetizado na frase epigráfica de Comte, é a negação da Liberdade que, sem a autoridade, é mito vão, é fantasma irónico e nunca possuído. Obedecendo tão somente às solicitações inferiores da nossa contraditória humanidade, o que pretende é pôr no trono a besta semi-desperta que habita nas criptas, tão povoadas como misteriosas, de cada um nós. Ora se paramente com a refulgência dominadora do Bezerro-de-Oiro, ou, numa sinceridade estorcionada de manicómio, erija altares a ídolos que têm boca e não falam, que têm olhos e não vêem — como reza a letra do Salmo, — não há disfarce que esconda ou evite a regressão pavorosa, a que o homem se condena, quando entregue exclusivamente a si próprio. Pondera a propósito Jacques Maritain: —«Fondé sur les deux principes contre nature de la fécondité de l'argent et de la finalité de l'utile, multipliant sans aucun terme possible les besoins et la servitude, détruisant le loisir de l'âme, sous-

trayant le factible matériel à la régulation qui le proportionnait aux fins de l'être humain, et imposant à l'homme le halètement de la machine et le mouvement accéléré de la matière, le monde moderne imprime à l'activité humaine un mode proprement diabolique, car le but final de tout ce délire est d'empêcher l'homme de se souvenir de Dieu...». Falar em Deus, é falar no Espírito, — e o que é «progredir», — racionalmente entendido—, o que é «civilizar» senão elevar a Matéria ao Espírito, reintegrar a Criatura no Criador?

«Progresser... c'est... passer du sensible au rationnel et du rationnel au spirituel et du moins spirituel au plus spirituel; civiliser c'est spiritualiser,—salienta ainda Jacques Maritain. Mas o que se toma hoje por «civilizar»? Toma-se, precisamente, a operação inversa,—ou seja a diminuição crescente do «espiritual», em manifesto e absorvente proveito do «material». Ora, à clareza de tais reflexões, se torna urgente para nós assentar o que convém dizer-se por «élites». Na perversão do conceito de «civilização», confundiu-se esta, duma maneira absurda, com um dos seus aspectos, indubitavelmente dos mais tangíveis, mas por certo dos menos

vitalizadores — o da «técnica». A alta cultura, — a cultura desinteressada, perdeu o seu prestígio, — e, quando porventura, subsista num ponto ou noutro, subsiste, desnaturada pela avariose filosófica dos úl-

Seipel contra a «organização», no sentido exclusivamente numérico com que se pratica. Os próprios efectivos católicos padeceram as influências funestas de tão grosseiro equívoco. «Hoje nas nossas organizações buscamos mais que o nú-

Acaba de sair:

# Ao Princípio era o Verbo

ENSAIOS & ESTUDOS

— POR —

ANTONIO SARDINHA

EDIÇÃO DA PORTUGALIA

## SUMÁRIO:

Ao Princípio era o Verbo. Meditação de Aljubarrota. O drama de Fialho. Gomes Freire (Revisão dum processo). O verdadeiro Antero. Monarquia e República (Esbôço duma teoria). O Rei Fernando. Oliveira Martins. Alcacer-Kibir. Teoria da Nobreza. Os nossos Reis. A conversão de Bo- : : cãge. O coprador de Junot. A Ordem-Nova. D. Carlota Joaquina : :

ACEITAM-SE PEDIDOS NESTA ADMINISTRAÇÃO

foi a aplicação desta idéa predomi- nante de «técnica» aos grupos hu- manos. A fôrça isolada é impotente e daqui a necessidade de congregar esforços para se alcançar os efeitos correspondentes às aspirações de maior bem estar». Insurjiu-se Mgr.

porque nos veio demonstrar como uma minoria compacta conseguiu desencadear tamanha comoção so- cial. É oportuno documentar agora a opinião de Mgr. Seipel com as im- pressões do conhecido político espa- nhol D. Francisco Cambo. «De to-

grito rebelde de Lutero, mas porque, acompanhando-lhe a linhagem ao arripio dos tempos, vai directamente entroncar no «Non serviam»! eterno de Satanaz. Pois «revolta do ser contra a espécie», o individualismo revolucionário, tão segura-

trayant le factible materiel à la régulation qui le proportionnait aux fins de l'être humain, et imposant à l'homme le halètement de la machine et le mouvement accéléré de la matière, le monde moderne imprime à l'activité humaine un mode propre-

# Grande êxito de livraria

## 500 exemplares

em

## 4 dias

Pondera a propósito Jacques Maritain: —«Fondé sur les deux principes contre nature de la fécondité de l'argent et de la finalité de l'utile, multipliant sans aucun terme possible les besoins et la servitude, détruisant le loisir de l'âme, sous-

urgente para nós assentar o que convém dizer-se por «élites». Na perversão do conceito de «civilização», confundiu-se esta, duma maneira absurda, com um dos seus aspectos, indubitavelmente dos mais tangíveis, mas por certo dos menos

vitalizadores — o da «técnica». A alta cultura, — a cultura desinteressada, perdeu o seu prestígio, — e, quando porventura, subsista num ponto ou noutro, subsiste, desnaturada pela avariose filosófica dos últimos dois séculos. Se, na realidade, nos anima o fervente desejo de assegurarmos posições para defesa do tipo de humanidade, que o Ocidente recebeu do Christianismo, impõe-se nos a obrigação indeclinável de rever e de rectificar êsse juízo corrente da «élite».

Escolhendo para tema dum seu notabilíssimo discurso, as «tendências intelectuais predominantes no mundo», assim se exprimiu Mgr. Seipel, o eminente chanceler austriaco: — «A tendência predominante na época que antecedeu a guerra era a exaltação da técnica, da organização, da democracia... A sciência do pensamento caíra em completo descrédito, porque a «técnica» criava tantas comodidades que ninguém supunha possível o viver-se sem ela. A «organização» foi a aplicação desta idéa predominante de «técnica» aos grupos humanos. A fôrça isolada é impotente e daqui a necessidade de congregar esforços para se alcançar os efeitos correspondentes às aspirações de maior bem estar». Insurjiu-se Mgr.

Seipel contra a «organização», no sentido exclusivamente numérico com que se pratica. Os próprios efectivos católicos padeceram as influências funestas de tão grosseiro equívoco. «Hoje nas nossas organizações buscamos, mais que o número, o valor moral e a perfeição interna dos seus membros», — acrescentou Mgr. Seipel. O vento faz cair as folhas sêcas e as árvores só se beneficiam com isso. Não desprezamos a organização, mas cultivamos o espírito com mais cuidado que o organismo, preferindo a minoria selecta ao recrutamento em massa, que, incontestavelmente, é imprescindível, mas que não pode utilizar-se sem a primeira».

Eis francamente enunciado o problema da formação e da função das «élites». Em refôrço das suas afirmações, aludiu também o ilustre e virtuoso chanceler austriaco aos exemplos que salutarmente o bolchevismo nos oferece. A noção vigente e legal da Democracia recebeu do bolchevismo o golpe decisivo, porque nos veio demonstrar como uma minoria compacta conseguiu desencadear tamanha comoção social. É oportuno documentar agora a opinião de Mgr. Seipel com as impressões do conhecido político espanhol D. Francisco Cambo. «De to-

das las revoluciones triunfantes ocurridas en Europa en los últimos años, — escreve êle —, las únicas sobre las cuales se ha concentrado la atención del mundo entero han sido la revolución bolchevista y la revolución fascista... El que no ve, presente que lo que ha tenido lugar en Italia y Rusia no interesa sólo a los rusos y a los italianos, sino que interesa el mundo entero y tiene un valor universal». Porquê?

Porque tanto o bolchevismo, como o fascismo, «representan, en su aspecto negativo, la exposición del fracaso de todo el sistema político y de toda la ideología democrática y humanitaria que imperaba en Europa hacia casi un siglo al estallar la guerra, y en su aspecto positivo, vienen a ser un encargo, un tanteo, en busca de las nuevas formulas para encuadrar y dirigir las funciones estatuales». E Cambo agrega: — «El bolchevismo y el fascismo son, francamente, lealmente, anti-democráticos. Reniegan de la soberanía popular y adjudican el gobierno a las minorías que por su audacia, por su fuerza, por su heroísmo, han conquistado el derecho de gobernar a los demás... Tanto en Rusia como en Italia, — prossegue Cambo —, ha quedado de manifiesto que los progresos de la humani-

dad son más superficiales que lo que nuestra vanidad se complace en creer y afirmar: hoy, como en los comienzos más lejanos de la historia, el valor personal, el esfuerzo heroico, es el que triunfa y constituye la base esencial del Poder... Uno y otro movimiento expresan su menosprecio por el sufragio universal y por las instituciones parlamentarias... Tanto en Rusia como en Italia se gobierna hoy, no en nombre de todo el pueblo, según quería la ideología democrática, sino en nombre de un partido, llegado al Poder proclamando un ideal y por el camino del esfuerzo heroico y cruento». E Cambo remata: — «Podrá pensarse lo que se quiera de los sistemas políticos que imperan en Rusia y en Italia, pero es preciso confesar que su exposición es de una franqueza, como no se encuentra ni por azar, en las expresiones tal vez decadentes, tal vez rudimentarias, de la caricatura abjecta del régimen parlamentario, en que vivían, en que viven todavía algunos países, donde también gobierna una minoría que llegó al Poder por la intriga y en el se mantiene por la ineficacia y por la claudicación».

Do depoimento, tão significativo, de Cambo se deduz, afinal, aquilo que é um facto insofismável: — O Po-

der é sempre uma ditadura, consistindo apenas as diferenças que o hajam de distinguir na forma como essa ditadura se exerce, se em benefício, se em detrimento da colectividade. Tombaríamos assim na justificação terminante das teorias de Duguit, se à razão objectiva do Poder não adicionássemos para com os seus titulares um elemento de natureza moral ou subjectiva: — a legitimidade. Despida dos seus revestimentos históricos, a legitimidade do Poder resume-se em garantir na seqüência do seu exercício o bem da comunidade. Se o Poder se adquire ou ganha como um «fim», surge logicamente a tirania, ou disfarçada em ficções legalistas, ou assumindo o carácter franco dum aberto acto de conquista. Como é uma minoria que inevitavelmente o detém e exerce, a «casta» aparece, ou saída da força, ou gerada pela hipocrisia dos convencionalismos jurídicos. A segunda hipótese é a hipótese vulgar e nauseabunda das democracias, oprimindo e desvirtuando o ritmo social debaixo da opressão anónima dos partidos e dos parlamentos. A primeira hipótese essa é a da Rússia e ainda a da Itália. Reacções vigorosas contra a decomposição engendrada na alma dos povos pelo narcótico individua-

lista, a experiência russa, produzida em nome das teorias de Karl Marx, — um judeu alemão —, num terreno mal europeizado, em que a sonolência asiática amolenta o sentir da maioria, só vale para nós como o sinal evidente de que quem dirige e governa é sempre um grupo de homens reduzido, desde que os unifique uma ideologia ou mentalidade comum. Mais orgânico, mais inspirado nas razões claras do Ocidente, o ensaio governativo de Mussolini descobre-nos o lado positivo do fenómeno que, em termos opostos, a Rússia fornece à nossa meditação. É a morte da Democracia a que assistimos, é a vitória da sinceridade e do desassombro na arte de governar. Conseqüentemente, para nós renovadores, tão elucidativo é o exemplo do fascismo, como o exemplo do bolchevismo.

De resto, é como o considera Mgr. Seipel. E caracterizando o eminente estadista e virtuoso sacerdote o sistema ditatorial que se experimenta mais ou menos em toda a parte contra os vícios e insuficiência da Democracia, eis como êle se pronuncia ainda: — «É este regime (o da ditadura) um regime em que se substitui a vontade da maioria pela vontade dalguns homens de vontade e de energia... A ditadura

não se suporta somente por medo, mas porque se sente a necessidade duma mão forte e se prefere o império duma vontade clara à tortuosidade duma democracia infrutuosa. Nem o bolchevismo nem a ditadura são sistemas ideais, nem a melhor forma que poderemos encontrar para a democracia. Mas tanto o bolchevismo como a ditadura nos demonstram que o governo de todos será substituído pelo império de poucos, responsáveis ante a colectividade. Não é a forma que decide, senão o pensamento e a substância».

Certamente é o pensamento, é a essência, e não a forma o que imprime natureza e direcção. Das agitadas combinações em que a Europa se debate depois da guerra, o que resulta já bem visível, já bem palpável, é esse apêlo para uma vontade responsável e definida que confira consciência e personalidade à acefalia e ao anonimato do Estado democrático. Podem fracassar aqui e além, momentaneamente, ou com Mussolini, ou com Mgr. Seipel, ou com o general Primo de Rivera, tais prefigurações, — consinta-se o emprêgo do termo! —, da nova ordem, — da ordem por vir. A nova ordem, — a ordem por vir, não brotará dum jacto das entranhas enfermas da sociedade, tal como Miner-

va, armada de casco e lança, brotou da cabeça de Júpiter. Só cérebros simplistas acreditarão na possibilidade duma mutação rápida de cenário, como num lance aparatoso de mágica. Possuamo-nos desta verdade incontestável e, integrando-nos no plano de Deus, não queiramos, num ridículo e illusório orgulho, resolver dum instante para o outro, ou a golpes insensatos de reformas, ou por meio de qualquer cruenta cavallhada revolucionária, a sorte dum povo, o destino duma civilização! O rumo dos acontecimentos já nós sabemos onde nos leva: — ou ao caos, se não reagirmos ou se reagirmos mal, ou ao governo das «élites», visto que, na aguda reflexão de René Johannet, para os povos não há senão um imenso e único problema, — o problema das «élites».

Mas não nos entreguemos passivamente à miragem, ou ao fetichismo das «élites»! É urgentíssimo, como assinalámos, promover a preparação dessas «élites». Não nos abandonemos também, nem ao critério errado da «organização», nem à idolatria da «técnica». Urge que o homem se «realize» totalmente, — e tal realização só lhe é possível por influxo e graça especial da lei do Espírito. Se a «cultura superior»,



se a «cultura desinteressada», nos aparece assim como fundamental, não nos aparece com papel menos preponderante a «piedade», como modeladora e ordenadora das descaídas potências da alma. Um dos grandes benefícios prestados pelo Christianismo à civilização é êsse de, em cada homem, suscitar um como que resumo da humanidade. Não é dêste modo indiferente a distinção entre «pessoa» e «indivíduo», que da filosofia da Escola trazemos para o campo da história, a fim de melhor se destacar que todas as culturas e todas as épocas, baseadas na «vontade», são culturas e épocas individualistas, — subtrativas, logicamente, em relação ao todo humano, porque se baseiam no que no indivíduo é mais facilmente «animal», mais facilmente «instintivo», mais facilmente anárquico e flutuante. Ao inverso, são «aditivas», são «continuadoras» e «condensadoras» as culturas e as épocas, que se fundam não no «indivíduo», mas na «pessoa», — sinónimo, no seu valor transitório, de «género-humano», de «humanidade». O segredo, a resistência e, porque não dizer, a «eternidade» da civilização ocidental é onde residem. Diminuída hoje, porque o «indivíduo» a domina e enfraquece, da in-

teligência à economia, da sensibilidade ao entendimento. Rediviva amanhã, se a pusermos outra vez em contacto com as suas fontes originais, — com as suas nascentes ocultas e sempre moças.

Para tanto carecemos nós, — os que nos damos à consideração das «causas» e «efeitos», de nos reconciliarmos, sem perda dum instante, com o Ser, — com a violada e desprezada objectividade. Ensina-nos Santo Tomás, a cujo patrocínio nos confiamos, que a verdade não é mais que a «adæquatio intellectus et rei», — o consórcio da intelligência com a realidade. Ao consórcio da intelligência com a realidade precisam de se submeter modesta, mas vitalizadamente os que em Portugal se devotaram à cruzada da salvação nacional. Só assim uma «élite» se produzirá e educará, — «élite» sem a qual a reacção que «inevitavelmente», mais hoje, mais amanhã, há de irromper das reservas últimas da colectividade, pronto se perderia na incosequência e no improvisado das já desastrosamente provadas «restaurações políticas». Convençamo-nos, pois, de que a questão portuguesa não é separável da questão europeia, — de que a crise que o nosso país atravessa é a crise que atravessa a civilização ocidental.

Monarquia? República? Oh, a balbúrdia ignóbil dos mitos que nada exprimem! O drama vem de mais longe e o seu conflito é bem mais patético. Dum lado a Matéria com o seu cortejo de «conservadores» e de «radicais», adorando o mesmo deus, — o Oiro omnipotente e aliciante. Do outro lado o Espírito, contrapondo-lhe o inefável serviço da primeira alvorada do mundo, — da alvorada inegalável da Criação.

No revolto laboratório o Futuro se delinea e afeiçoa. Delinez-o e

afeiça-o o simultâneo labor de destruição e de renovação, em que temos o nosso papel, a nossa acção. Acendamos a lâmpada do estudo, — e invoquemos a Jesus, Pai dos Séculos, Pastor das Nações. E é já poeira do túmulo, pobre cadáver ambulante, aquele que à glória intraduzível de ser um antecipado preferir jazer no charco em companhia das rãs, coaxando a miséria insolente da sua irracionalidade!...

**A. S.**

# António Nobre e o nacionalismo da geração de 90 <sup>(1)</sup>

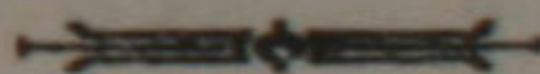
Por Castelo Branco Chaves

*"Dos nossos vinte anos arrastando ás costas vinte seculos, dos nossos olhos sem innocencia, das nossas boccas sem frescura, das nossas cabeças sem vontade, emfim, desta geração somnambula que faz alas para ver Portugal tombar na cova, não é verdade, ó Frei, que foi providencial sair um poeta capaz de responder com eloquencia a agonia dos farrapos de alma que nos restam?"*

Alberto de Oliveira — *Palavras Loucas*

*"Essa doença é a doença de uma geração, é a de uma mocidade ; . . ."*

Alberto de Oliveira — *Palavras Loucas*



Os críticos e biógrafos de António Nobre têm-se limitado a parafrasear o que sobre si e sobre a Vida o poeta deixou dito, em versos mais ou menos defeituosos, ou em cartas particulares plangentemente afinadas pelo diapasão da sua melancólica e doentia sensibilidade (2). Possuidor no máximo grau daquelas quasi inanalísáveis qualidades físicas e morais, que fazem que um homem se destaque entre muitos homens, António Nobre impôs-se à sua geração e ao seu grupo de amigos, desde que aquela e este encontraram nêle o seu tipo-ideal, uma espécie de figurino indumentário, sentimental e moral que os levou — a essa pléiade de moços que vinha, de novo, afinar as letras pátrias pelo maguado tom do desalento e do sentimentalismo românticos, — a alçarem-no por seu bordo.

Sobre a geração de 90, António Nobre exerceu uma influência real e definitiva; e sendo esta geração aquela que em Portugal introduziu, com foros de

escola literária, o nacionalismo, não é destituído de interesse para aqueles que entre os acontecimentos se dedicam a estudar a génese e evolução das idéas que os geraram, o estudo da influência exercida por êste poeta medularmente romântico (3) numa fórmula de estética com que se tem pretendido educar a sensibilidade às gerações moças e para a qual até se têm olhado como elemento de reorganização nacional. Esta influência explica, se não no todo, pelo menos em parte, a estreiteza, a anemia intelectual e carácter efeminado da literatura designada, entre nós, de «nacionalista». Os nossos nacionalistas (exceptuo, naturalmente, aqueles que inteligentemente reagiram contra o nacionalismo *à clocher* e praticam a única forma sensata de nacionalismo) têm vindo por caminho errado, enfraquecendo a fibra nacional em lugar de a revigorar, cultivando, como cultivam, uma fraca literatura de ingénuos motivos, que procura não sei que forma rudimentarmente popular. Cómoda ou impotentemente, colocam-se à margem dum espírito altamente nacional que é, feitas as contas, o mais amplamente universalista.

Já Moniz Barreto, êsse lúcido espírito, que tão valiosos penhores da sua inteligência nos deixou, apesar de considerar o *Só* apenas na sua feição decadista, alcançou num largo golpe de vista o mal de que enfermava e enfermava toda a literatura feita sob o signo dêsse livro: *«Para obter a audiencia dos homens é preciso fallar dos grandes interesses humanos. Todas as grandes reputações litterarias são condicionadas por uma vasta capacidade de comprehensão e sympathia. Um poeta de primeira ordem é um agitador de idéas e um conductor de almas. Ora, não é pintando a côr das gangrenas ou succumbindo sob a influencia das terças-feiras que se pode dominar e arrastar um povo»* (4).

Não se atendeu no acertado reparo e, desde então, todos aqueles que em Portugal começam a fazer versos ou prosa, a compor música ou a pintar telas, têm acudido ao chamamento que António Nobre traçou em versos de grande tom exclamativo:

*«Georges! anda ver o meu paiz de romarias  
E de procissões»*

.....  
*«Qu'ê dos Pintores do meu paiz extranho,  
Onde estão elles que o não vêm pintar!»* (5)

E assim, já por fraqueza própria, já por sedução do modelo, temos tido, há anos a esta parte, muita gente nova que esgota as suas energias moças a namorar a Pátria, amando-a naquilo que ela tem de decorativo e poético. Dos seus grandes interesses, dos instantes perigos, alheiam-se como se alheiam dos interesses humanos, e cantam ou contam os poéticos idílios dos «Manéis» com as «Marias», numa paisagem de pinheiros que murmuram e de águas que correm mansas. E a

pobre terra portuguesa, que um poeta cantou «tão cheia de sol e cheia de tristeza», lá vem pelos anos, de miséria em miséria! Ora, se houve geração que assim fôsse e assim ensinasse a ser às gerações posteriores, essa foi sem dúvida a de 90; e se dentro dessa geração houve exemplar acabado dêste «lusíada coitado», êsse foi o bardo António Nobre — corifeu do «nacionalismo sentimental» (6).

Afigura-se-me, pois, oportuno, nesta hora em que o nacionalismo vive intensamente, estudar o poeta e analisá-lo dentro da geração de 90.

## I

O poeta do *Só* aparece-nos logo, a uma primeira análise, como um ser sem condições de saúde intelectual e moral, em virtude dum «sensibilismo» longa e morbidamente cultivado. Caracteriza-o uma ausência completa de educação social, ou seja uma desarmónica relação entre os seus sentimentos e idéas e as condições gerais da acção e da vida, dentro de qualquer organismo social. Atacado por uma doença física que não perdoa nem se condoa da mocidade, António Nobre, porém, foi, como homem e como artista, mais vitimado pelo mal intelectual que genéricamente se chama «romântico» do que propriamente pela física. Só muito excepcionalmente uma doença física perverte ou perturba as qualidades essenciais e básicas da inteligência e do carácter, e Nobre não fez os seus versos, como apregoam biógrafos e críticos, sob a obsessão única, tirânica, da doença que o matou. O seu mal foi um infeliz desígnio, sim, mas magnífico motivo para o poeta do *Só* referir toda a fraqueza e dissolvência feminina do seu espírito. Nêle não existem os fortes, os másculos desespêros da desgraça, nem a grandeza sublime da resignação — há quasi somente uma passividade feminina encoberta por uma mal plagiada *pose* byroniana. Raramente Nobre pronuncia uma verdade psicológica ou exprime um sentimento humano; em Nobre só Nobre existe, mas não, como seria interessante, reproduzido numa auto-análise que tornasse os seus poemas belos documentos humanos. Sòmente a atitude; e por isso eu não considero o *Só* como a auto-biografia duma alma que sofre, mas, sim como o retrato literário de um bardo que pretendeu, acima de tudo, seduzir e assombrar.

Só o contacto com a Vida, à luz clara do sol, dá a riqueza moral, a experiência psicológica e a aptidão analítica, qualidades sem as quais o homem não logra a plenitude da existência. O poeta, como todo o homem, nasceu e há de formar-se para viver entre os homens e para compartilhar, mas com mais intensidade imaginativa e psicológica, dos sentimentos que lhe são peculiares. Divorciar-se da vida é atabafar a sua voz ou renunciar à missão que escolheu, revertendo num mau exemplo de «quimerismo» de sentimentos e de idéas. O «quimerismo» dos sentimentos e das idéas é o elemento pervertedor do intelectual e do moral,

que entenebrece a claresa da inteligência, aniquila a vontade e ataca a integridade da alma. Claramente a missão do homem é procurar a verdade e tudo o que daí o afaste tornar-se-á nocivo ao próprio homem.

Ora António Nobre cultivou com pernicioso excesso o divórcio entre a sua personalidade, que considerava superior e boa, e o ambiente circundante, que dizia inferior e mau:

*Nunca me houvesse dado á luz, Senhora!  
Nunca eu mamasse o leite aureolado  
Que me fez homem, mágica bebida!*

*Fôra melhor não ter nascido, fôra,  
Do que andar, como eu ando, degredado  
Por esta Costa d'Africa da Vida... (7)*

*Moços do meu paiz! Vereis então  
O que é esta Vida, o que é que nos espera...  
Toda uma sexta-feira de Paixão (8)*

A Vida, quando dela se digna falar, pinta-a como um tropel de misérias, chatezas, dando grande realce a todos os aspectos deprimentes da sociedade e dos homens. A poesia *A Vida* encerra êsse cançasso, êsse temor supersticioso da existência, e um soneto datado de Paris 1891 é uma renúncia pusilânime a todo o esforço, uma desvairada fuga para o delirante:

*E a Vida foi, e é assim, e não melhora.  
Esforço inutil, tudo é illusão  
Quantos não scismam n'isso mesmo a esta hora  
Com uma taça, ou um punhal na mão!*

*Mas a Arte, o Lar, um filho, Antonio? Embora!  
Chymeras, sonhos, bolas de sabão*

.....  
.....  
*Ai quem me dera entrar nesse convento  
Que ha alem da Morte e que se chama A Paz!*

Mas se a vida é para êle simplesmente o mau e o imperfeito, mesmo o martírio e o sacrifício inúteis, êle é para si próprio uma revelação da grandeza,

da bondade e do belo. Chama-se maior que todos e trata por iguais no estro a Camões e a Byron. Inevitavelmente, com tão alto conceito de si próprio e com um tão falso e contingente critério avaliativo da Vida, surge entre o poeta e o seu meio uma separação tão grande e irremediável, que o levará a queixar-se continuamente dos que o cercam, a detestar o que vê e a sentir-se mal na existência.

Viver é lutar, e quem se não empenha na luta morre de tédio ou de horror, porque simultaneamente perde a preocupação do futuro e sente a extensão do tempo. Só a luta dá realce e relêvo à vida, e por isso os homens de temperamento viril nos aparecem como seres de uma saúde moral exuberante, individualidade afirmada e confiança plena num destino de que êles mesmos se sentem os criadores. A vida não é, no conceito que dela fazem, apenas a luta, mas também a conquista.

Os indivíduos de temperamento feminino, de que Nobre é um exemplar completo, não vêem além da luta a vitória, e por isso se lhes afigura desconso-lante e inútil entrar na luta. Ora, a vitória do homem só se lhe começa a revelar quando a sua força se manifestou. Os fracos nunca vislumbram o êxito, porque nunca experimentam os elementos que dispõem para obtê-lo. Cuidam agir chorando, lamentando-se, desesperando-se; e êsse choro, êsse lamento, êsse desespero apenas aumentam a intensidade da fraqueza e agravam a impotência da acção. Tudo confundem porque tudo mantêm ao mesmo baixo nível: e o que é desordem passam a apresentá-lo como ordem, o que é instinto como razão, o que é fraqueza como energia, o que é confusão como génio.

Falando da literatura portuguesa contemporânea, o sr. Manuel da Silva Gaio, num interessante artigo publicado na *Arte*, em 1895, diz que o *Só* de Nobre é, com a obra de Fialho, o que a literatura lusitana possui de mais interessante como documento da desordem da mentalidade e da psicologia contemporâneas, que o crítico não pode deixar esquecido quando quiser estudar a tragi-comédia da nossa mentalidade e da nossa alma nos últimos quarenta anos. Nesse livro, de facto, encontram-se todas as características da dissolvência da vontade, do amortecimento do espírito e da incultura da inteligência, que são ainda hoje o nosso mal.

Nobre entra na vida com as ilusões naturais da sua mocidade inexperiente. A vida sem a experiência é uma quimera, ou um sonho, que a realidade desfaz e emenda duma maneira cruel, sem dúvida, mas bem compensadora em ensinamentos! Ai dos que não querem atender a lição dessa realidade! A sua posição na existência será sempre a dos vencidos. Orgulhoso e fraco, julgando-se superior e sentindo-se com auditório pronto a escutar o seu solilóquio, Nobre persiste e teima no sonho e nas quimeras da sua mocidade. Entre a realidade e a sua própria inexperiência, simbolizada nesse sonho e nessas quimeras, ergueu a muralha altíssima do seu orgulho. Julgou, por isso que, de fora, o mundo vivia tocado de encanto

pelo mistério dessa vida, olhos postos nas muralhas altíssimas de Anto. Breve, porém, essa muralha fendeu e deixou entrever a realidade. Tudo era diferente e porventura mais belo — mais largas as paisagens, maiores os homens, que viviam uma titânica luta, despreocupados das quimeras, dos versos e das dores de Anto. Foi então o supremo desespero: o grito, o lamento, a queixa, a blasfêmia — tudo o que existia fora da sua imaginação estava errado, como todos os que eram diferentes d'ele, eram maus. *“O fundo da sua tristeza, diz o sr. Alberto de Oliveira, é a decepção que tudo lhe causa”*. Julgou que todo o bem residia n'ele e todo o mal na sociedade, porque se imaginava maltratado. Ficou então a contemplar-se, narcizando-se nos seus *tics*, excentricidades e manias. *“Viu o mundo”*, diz o sr. Raúl Brandão, *“e nunca assistiu a outro drama que não fôsse o da sua alma”*. Cultiva a religião de si próprio com frenesi e canta-se com a ênfase inevitável em quem é vítima de um tal erro de óptica moral. Cria a si próprio uma lenda e toma atitudes romanescas de legendário herói. Canta a sua história à maneira de romance, com corceis correndo em noites escuras, fadas predizendo-lhe destinos extraordinários e reconhecendo-lhe faculdades maravilhosas. *A medievallite*, de que se confessa atacado, é, de facto, evidente desvairo dum espírito fraco. A sua atitude na vida é uma pose literária, um aliteratamento enfático da existência: *“Um dia alguém desejou a António Nobre as riquezas de Salomão”*, conta o sr. Alberto de Oliveira, *“para lh'as ver applicar. O seu ar era realmente, ao partir do Tejo para a França, no anonymato de um transatlantico, com um bota-fora íntimo e em lágrimas, o ar de um príncipe que uma revolta apeou do throno e embarca para o exilio: Tanto as pequenas contrariedades as engrandece a sua intensa e barbara imaginação, a ponto de lhe modificarem a physionomia, de lhe porem rugas na testa...”* O «quimerismo» do seu espírito e da sua imaginação transviaram-no e perderam-no nos domínios do irreal e do vago.

As suas musas — a «Solidão» e a «Dôr» — dia a dia mais o afastam do verdadeiro e do humano, viciando-o de ênfase. Foi assim que de poema a poema, de verso a verso, Anto perdeu a humanidade e se tornou mais convencional e mais balbuciante. Não sendo, como não foi, animado pelo génio, que algumas vezes salva; sem a cultura que renova nem a análise que reconhece, emenda e melhora; sem a humildade que engrandece nem a vontade que disciplina; sem o culto dos fortes sentimentos e das idéas claras e nobremente viris, — António Nobre não passa dum temperamento literário de terceira ordem. Maravilha, por isso, que uma geração o tivesse erguido por seu bardo e apresentado pela pena de um dos seus mais ilustres representantes, — o sr. Alberto de Oliveira, nas *Palavras Loucas*, — como seu índice. Mau sintoma era êste para o futuro duma pátria que depois duma pleiade que viveu intensamente pelo pensamento, cultivando os nobres ideais e tentando a acção inteligentemente orientada, regressa com a geração imediata à sentimentalidade que depaupera, à falta de vontade que aniquila, e ao horror pela acção que socialmente mata.



## II

Depois da geração de 90 (9) que nos aparece sempre nobremente ocupada na preparação do futuro do seu país, surpreende-nos vir encontrar desviado êsse seu nobilíssimo esforço e esquecida essa nobre preocupação que ficou sem eco na geração seguinte. De facto, a geração de 90 aparece-nos apenas, ou pelo menos quasi só, ocupada com bizantinas questões de estética, cultivando um sensibilismo mais requintado que o dos românticos mas por êsse mesmo facto ainda mais pernicioso. «*Vivamos*», diz o sr. Alberto de Oliveira, «*num estado de alucinação permanente, servindo a Arte com paixão e olhando tudo o mais com desdem e horror. Pela reforma do verso alexandrino se travaram combates ferozes e alguns de nós se bateram nas ruas. Antonio Nobre deixou-se reprovar duas vezes em Direito por ter introduzido inovações elegantes e excêntricas na maneira de usar a capa e batina*» (*Pombos correios*, pags. 198-199). Esta geração parecia apostada em destruir a obra que a antecedente começara; domina-a uma preocupação de futurismo, perverte-a um esteticismo negativo, perturba-lhe a visão um falso nacionalismo.

Fixando-a bem, somos levados a concluir que o nível mental e a aptidão social da *élite* portuguesa baixara consideravelmente, e que a obra superior dum Antero, dum Oliveira Martins, dum Eça, ficava sem continuação. Ecoando nesses rapazes apenas ficara o esplendor estético da obra dos três grandes artistas. Aquilo que era a espinha dorsal e a medula dessa obra passava-lhes despercebido pelo «desdém e horror» que votavam a tudo o que não fôsse a «Arte». Eram neo-místicos e hieráticos (10), sem sinceridade nem crença alguma, mas apenas por *pose* estética, artifício e moda. Os seus livros chamavam-se «Bíblias», «Livros de Horas» e eram dados ao público sob o aspecto de velhos missais (11). Êste regresso ao passado pela impotência de caminhar para o futuro, caracteriza, porém, a geração de 90. Ai da mocidade que se não namora do futuro e apenas se limita a copiar o passado! Êsse mesmo passado, que se não imita nem copia, mas que apenas elucida, ensina e esclarece, ficará por isso mesmo inútil; e sem o estímulo do futuro nem a lição do passado, mas apenas com a guloseima estética do tempo ido, essa mocidade inutilizar-se-á para a vida. O próprio passado não aparece àqueles que assim o copiam no seu significativo aspecto dinâmico, mas apenas como uma coisa mumificada. Será por isso que os de 90 nunca compreenderam a Nação Portuguesa na sua unidade social e no seu todo histórico. Para êles, Portugal era o *país da alma*, o reino de D. Sebastião, a terra do luar, país das caravelas... Tinha existido, mas ao presente era coisa morta mas de grande poesia em sua imobilidade mortuária. Êles mesmos, nos seus «vinte anos arrastando às costas vinte séculos» não desejam nem aspiram a mais que essa imobilidade, que é uma atitude elegante de desânimo e (cuidavam-no) de superioridade.

Os livros desta geração ficarão por isso como documentos muito singulares da persistência do espírito romântico entre nós, embora vazado em formas novas. Já tivemos ocasião de notar (12) a persistência d'êste espírito nas letras portuguesas, adaptando-se quasi sempre a formas e até fórmulas novas, que neste espaço de tres quartos de século têm sido enunciadas, consoante os ventos que sopram de França.

Assume, porém, as proporções dum grave perigo quando êste espírito é ministrado à gente moça sob um aspecto messiânico, como aquêle por que se apresentou o nacionalismo de 90. Reacção contra o realismo, que começa por nascer dum grave equívoco (13), o nacionalismo de 90 afigura-se-nos incomparavelmente mais deletério, sob o seu aspecto moral e social, do que o realismo dos de 70. O que êstes tinham de estrangeiro era o processo, a técnica, que é justamente o que sempre se deve ir buscar fora, quando em casa não há, para que seja contemporânea a obra que se realize. Os seus temas eram nacionais ou visavam, pelo menos, aspectos e problêmas da sociedade portuguesa. O nacionalismo dos de 90 é o inverso: técnica de trazer-por-casa, tema de sugestão francesa (14). Assim, essa obra perde como obra de proveito nacional e muito pouco ganha como documento estético — se é que pode haver obra de arte realmente valiosa que não seja animada por um significado mais alto e mais humano, além do seu intuito meramente estético.

O nacionalismo dessa geração é uma manifestação sentimentalmente romântica. Estafadas as Elviras, desacreditadas as paixões fatais, veiu o namôro ao Portugal moribundo. Estes moços vinham fazer "alas para ver Portugal tombar na cova" (*Prosa e verso* — A. Oliveira — pág. 158).

Conhecida pois esta geração, achamos natural que Nobre fôsse escolhido para seu bardo e que êsses rapazes, que tão mal gastavam os seus vinte anos, considerassem providencial sair dentre êles um poeta capaz de responsar com eloquência a agonia dos farrapos de alma que diziam restar-lhes (ob. cit., pág 158). O que admira, o que faz dó e causa cuidado, é que António Nobre ainda seja apaixonadamente escutado e que o nacionalismo de 90 cativasse parte da mocidade de hoje, a quem a realidade trágica d'êste momento devia ter acordado.

O nacionalismo de Nobre (equivale a dizer o nacionalismo de 90) apesar de nunca fer saído do domínio das belas-letras, é moral e socialmente dissolvente. Aspecto da fraqueza e do quimerismo dessa geração e do seu bardo, que confessava:

"..... Amigo,  
Que desgraça nascer em Portugal!"

(Só — 4.ª ed. — pág. 104)

não tem um pensamento que ilumine, uma doutrina que guie, um processo que esclareça; apenas uma doentia e sentimental sedução, cómoda por um lado, porque,

considerando Portugal morto, nada têm a fazer por êle, além da ladainha e do responso; dolorosa por outro, porque lhes dará a situação dos escravos.

Nas poesias que mais caracterizam o nacionalismo de Antó,—*Poveiro, Lusitânia no Bairro Latino, Carta a Manuel*,—há uma lamúria constante, uma fraqueza deprimente. A sua perspectiva é mesquinha, balbuciante o conceito quando raramente aparece, sem nada que eleve o moral ou desperte a energia. Litanía dum vencido, o Só deve ser abolido pela gente nova, para quem só é legítimo o desejo de vencer; responso a uma pátria morta não deve seduzir quem, tendo da Pátria uma concepção mais alta e mais real, deseja resgatá-la da desgraça e da miséria duma situação que não se deverá eternizar; livro de arte imperfeito e medularmente viciado por um conceito e processo romântico de realização, não encantará os novos, que devem ter o amor do equilíbrio, da clareza, da regra.

Não amemos, por isso, em António Nobre o poeta nacionalista, nem admiremos tampouco o homem que só o foi no sexo, — mas estudemo-lo como um documento. Não olhemos com simpatia para o movimento nacionalista de 90 — êle não traria à grei, — a ter continuidade por parte da *élite* portuguesa —, senão a ruína moral, dissolução do intellectivo e abatimento da energia — a perda, em suma, de todos os requisitos imperscindíveis para a luta que conquista a vitória.

## NOTAS

(1) Considero «geração de 90» aquela que entre os anos de 1890 e 1895 se individualiza, revelando-se nas suas idéas e sentimentos,—que o mesmo é dizer, começando então a publicar os seus trabalhos característicos. Bem entendido que não tenho de geração o conceito numérico.

(2) São de exceptuar os seguintes trabalhos: *Bárbaros I—António Nobre*, do sr. Albino Forjaz de Sampaio e o artigo de Moniz Barreto, de crítica ao *Só*, publicado no tomo IV da *Revista de Portugal*, que é de grande valor.

(3) Romântico—criatura que sofre do mal que Lasserre magnificamente diagnosticou na seguinte passagem: «*Ruine psychique de l'individu, endémonisme lâche, chimérisme sentimental, maladie de la solitude, corruption des passions, idolâtrie des passions, empire de la femme, empire des éléments féminins de l'esprit sur ses éléments virils, asservissement au moi, déformation emphatique de la réalité, conception révolutionnaire et dévergondée de la nature humaine, abus des moyens matériels de l'art pour masquer la paresse et la misère de l'invention...*» (P. Lasserre—*Le Roman-tisme Français*—pag. 311-312—cinquième édition—Mercure de France).

(4) *Revista de Portugal*—Tomo IV—pags. 686 a 690.

(5) *Só*—4.ª edição—pags. 30 a 33.

(6) Considera o autor o nacionalismo representado entre nós, por duas correntes—uma lógica, racional e benéfica, animada dum espírito amplo e superior e que cuida da Nação como organismo vivo—outra sentimental, decorativa e confusa, ou seja aquela que apenas tem a Nação como um motivo para fazer prosa e verso. A genealogia destes nacionalismos poder-se-á traçar da seguinte forma: o orgânico, impulsionado pelo movimento da geração de 70 desde as conferências democráticas até à campanha inteligente de Ramalho, e o sentimental procedendo em linha recta da geração melancólica de 90.

A crítica ao nacionalismo está por fazer entre nós, como é natural em terra de gente tão pobre em espírito crítico e onde a mentalidade geral é de tal maneira primitiva que a crítica—uma das mais nobres operações da inteligência—é tida como acção parasitária. É necessário, porém, que aquela crítica se faça e que este espírito se crie, para que a mocidade se esclareça e se vá habilitando para um *self-control* que lhe permitirá inutilizar os maus mestres e impedirá a perversão dos princípios e das idéas.

(7) *Só*—4.ª edição—pág. 112.

(8) *Idem*, *idem*—pág. 103.

(9) Vulgarmente chama-se a esta geração *coimbrã*. Parece-me melhor designá-la por geração de 70. Foi em 70 que verdadeiramente se revelou e enunciou o programa dos seus trabalhos.

(10) *Pombos correios*—pag. 257.

(11) *Idem*—*idem*.

(12) *Fialho de Almeida—Notas sobre a sua individualidade literária*—pags. 60 a 64.

(13) Tem havido, de facto, na nossa crítica do realismo, um equívoco fundamental, e que é o de confundir a *técnica* da escola com os seus *temas*. Não são só nacionais os temas históricos nem

a vida campesina, mas também, e muito principalmente, os grandes problemas nacionais e sociais, as questões morais e humanas, etc. Para a nossa crítica ignorante e miope tudo isto são estrangeirismos.

(14) Chamo a atenção do leitor para um interessantíssimo artigo de Camille Mauclair, publicado em *La Revue* no seu n.º 2—IV Série—15 de Janeiro de 1905, sobre o nacionalismo francês. O seu autor nem sempre tem razão, porque nem sempre vê claramente os factos e nem em todos os lances está possuído de bom critério; mas em muitos pontos é interessante e superiormente arguto.



# A crise do Estado

POR ANTÓNIO SARDINHA

Ninguém de mediana reflexão pode já duvidar do completo desacôrdo que existe hoje entre o rítmo geral dos acontecimentos e a noção, ou conceito, de Estado que, por virtude das leis da inércia, persiste ainda em subsistir na Europa. Interessante como testemunho insuspeito, vale a pena ouvir a êsse propósito o tratadista e catedrático espanhol Adolfo Posada. Dotado de qualidades que seria injustiça negarem-se-lhe, Adolfo Posada é uma vítima intelectual da superstição democrática, espelhando na enunciação, tantas vezes difusa, do seu pensamento a nefasta influênciã que o Krausismo exerceu na mentalidade espanhola. Pois no seu recente volume *Teoría social y jurídica del Estado* (1), em que se compendiam seis conferências pronunciadas por Posada na Universidade de Buenos-Aires, o sábio professor de *Direito político* e de *Direito Municipal comparado* na Universidade de Madrid, começa logo por nos declarar com desassomburada sinceridade: — «*Si quisiéramos definir y caracterizar sintéticamente la situación de las cosas, en el orden político ideal y real, y en el ser y vivir del Estado, diríamos que éste y aquél atraviesan momentos de verdadera crisis. Nos hallamos, señores, ante una crisis del Estado, crisis honda y grave de ideales, de esencias y de principios, y de formas y de estructuras; todo parece estar en pleito:*

*desde la justificación racional e histórica del Estado, hasta los detalles de su organización institucional.*»

«*Impónese así una revisión, —acrescenta o catedrático Posada—, y en ella o para intentarla, es indispensable una clara interpretación de los movimientos determinantes de la crisis, único camino, además, seguro para fijar su naturaleza y su alcance, y señalar la solución posible de la misma, si es que nos hallamos en condiciones de vislumbrarla. La solución implicará la nueva labor constructiva de una teoría del Estado, labor que deberá basarse en el conocimiento objetivo del momento crítico, merced a la definición y apreciación de las preocupaciones determinantes del mismo, y que, a mi juicio y según las indicaciones expuestas, pueden resumirse en los siguientes términos:*

1.º *La que supone, o se suscita por la intensificación del aspecto social de la vida humana, y que para el Estado se traduce en un grave y delicado problema de incorporación o asimilación constitucional de los elementos o fuerzas en que lo social intensificado, se condensa y estructura: movimiento sindical, federalismos, etc.;*

2.º *La que se produce como consecuencia lógica de una aspiración creciente por construir, para cada necesidad humana, esencial, una institución adecuada que desempeñe como función*

(1) Buenos Aires, 1902.

*propia la dirección de las actividades que exige la plena y adecuada satisfacción de la respectiva necesidad: democracia funcional orgánica;*

3.º *La que resulta de la aspiración complementaria e inicial a la vez, por recoger todos los movimientos sociales y las actividades que las producen y las funciones en que se especifican, en un orden jurídico adecuado: creación de los Estados de derecho».*

Atirando fora certa terminologia eivada, arcaicamente, de pseudo-racionalismo, o professor Adolfo Posada diagnostica com acerto o mal profundo de que padece o Estado actual na sua íntima composição, — nas mais insignificantes das suas rodagens. Saído duma concepção simplista da sociedade, o Estado actual, agora em declínio agudo e indebelável, conta apenas com o *individuo*, — e considerado unicamente de baixo do ponto de vista político imediato. Tudo o que se afirma como soma de energias colectivas o ignora ou despreza, por alheio ao seu mecanismo e finalidade. Observa, pois, sensatamente Adolfo Posada quando escreve que a parte dominante e melindrosa do problema consiste em incorporar no Estado os novos elementos ou novas forças, que, de hora para hora, se estão suscitando com o desenvolver intensíssimo da vida local, regional e sindical. Daí o exigirem as circunstâncias uma outra visão, cu teoria, do Estado que, nas palavras do citado tratadista, *«representa la más radical rectificación de la concepción individualista y gregaria del mismo, a que en definitivo ha respondido el régimen político constitucional y el liberalismo inspirador: el liberalismo abstracto y formalista»*. Ilude-se, porém, Adolfo Posada ao supôr que se trata duma *«nueva estructuración de fuerzas sociales»*, equivocando-se totalmente, — e isso por obra dos mitos krausistas que lhe povoam o cérebro—, na denominação de *«democracia funcional orgánica»* que confere à possantíssima reacção da sociedade europeia contra o perpétuo atonismo, a que pareciam have-la condenado os erros criminosos da Revolução-Francesa.

Evidentemente, que, no desfazer já inevitável das construções ideológicas e jurídicas do Liberalismo, de modo nenhum se devem reputar como factores imprevisos e inteiramente contemporâneos: queles que Posada enumera como

impondo-se a uma urgente incorporação nas fórmulas superiores do Estado. Desde o regionalismo ao sindicalismo, é a idéa individualista da sociedade que cede às razões naturais e históricas da mesma, — é a errata que finalmente surge a despojar do seu inexplicável prestígio os convencionalismos insensatos do *Contracto-Social*. De maneira que não nos achamos em frente duma *«nueva estructuración de fuerzas sociales»*, mas sim duma revolta dessas forças, permanentes e inalienáveis, contra o sofisma, já secular, que teimava em as dispersar e anular atrabiliariamente.

Nada mais falso, portanto, de que entender como *«democracia»*, ainda que *«orgánica»* e *«funcional»*, — ch, o pedantocratismo dos universitários! —, aquilo que é pura e simplesmente a negação dos princípios democráticos, — gregaristas e individualistas, por condição irremediável. De resto, é o que o próprio Posada, apesar dos seus preconceitos, não deixa de reconhecer, até com uma saborosa ingenuidade, ao confessar que *«las gentes quieren algo que no los ha procurado la Declaración de derechos y sienten la vida y las palpitaciones que la llenan de modo distinto a como las sentían los que asaltaron y tomaron la Bastilla»*.

*«Y así no tiene nada de extraño, — assevera em outra página o autor da Teoria social y jurídica del Estado, num manifesto conflito entre as indicações da realidade e as preferências doutrinárias do seu espírito—, que al contemplar la actual situación de las cosas, de las ideas y de las instituciones, se hable, como hace M. Duguit en La transformación del Estado, de la «forma romana, regalista, jacobina, napoleónica, colectivista» del Estado, al caracterizar el Estado mismo que conceptuamos en crisis, y que parece deberá ser instituido por «otra forma de Estado más amplia, más flexible, más protectora, más humana», esto es, para mi, más liberal, es decir, más intensamente inspirado en el «liberalismo» y en cuanto esto significa, no una simple política de partido, la representada por los partidos llamados liberales, sino cierta fecunda y noble actitud del espíritu individual y colectivo, reveladora de una fe razonada en el perfeccionamiento moral del hombre, fe inspiradora de la confianza en la naturaleza humana,*

*y la cual fé anima a realizar los esfuerzos más heroicos para levantar y llevar el hombre hacia una vida cada vez más digna, más noble, más desinteresada. Leia yo, —insiste Adolfo Posada—, en cierta ocasión un artículo de The new statesman sobre el liberalismo y encontraba en el expuesto de modo admirable, este punto de vista que acabo de señalar, más una sugestiva indicación cuyos términos recuerdo; decía: —«El liberalismo... en el mejor sentido, es sencillamente otra palabra para expresar la generosidad en política».*

Elucida-nos a transcrição suficientemente sobre as directrizes filosóficas do tratadista Adolfo Posada. Achamo-nos em frente dum caso de romantismo jurídico, —dêsse romantismo que o eminente juriconsulto tradicionalista francês Marie de Roux soberbamente define, ao falar-nos dum como que *«chimerisme technique»*, que, —na própria frase—, *«se marie à merveille à l'irréalité de la mythologie révolutionnaire»*.

Assim o professor Posada que, com dedo de mestre, descobre o cancro irreparável do Estado contemporâneo, para logo se perder, no seu entusiasmo anacrónico pelos dogmas da Revolução, em divagações com tanto de absurdas como de abstractas, onde um protestantismo nato de krausista se liga à sociologia primária dos ideólogos do século XVIII. Não nos surpreende, por isso, que êle repete o Liberalismo como *«a generosidade em política»* e queira entender como sendo uma maior e mais pura aplicação dos princípios liberalistas as transformações por que estão passando as cariátides vazias do ignóbil embuste, que é o Estado democrático-parlamentar.

De acôrdo, portanto, com o catedrático da Universidade de Madrid em quanto à verificação do fenómeno, —crise ou dissolução das instituições políticas que o século passado nos legou, afastamo-nos intiramente do professor Adolfo Posada no que respeita às interpretações que êle nos oferece. Voltamos, porém, a coincidir com as suas considerações quando êle nos pondera que não basta incorporar na nova teoria do Estado os elementos de vida colectiva que tomam de dia para dia expansão e consciência vigorosas, mas harmonizá-los *«en un orden jurídico adecuado»*, que Posada designa por *«creación*

*de los Estados de derechos»*, submetido à evidente tutela de Kant. Equivale isto a dizer que a determinação das *formas*, precisa de ser acompanhada da determinação do *conteúdo*.

No natural desenvolvimento das suas afirmações, sugere-nos Adolfo Posada um testemunho expressivo na *Constituição* alemã de 11 de agosto de 1919. Examinado com a atenção devida, semelhante documento ensina-nos, realmente, que o tempo das declarações simplistas, género *Direitos-do-Homem*, se vai distanciando cada vez mais e que à noção exclusivamente política do *«indivíduo»* se começa a sobrepôr a sua compreensão social. Efectivamente, na segunda parte da referida *Constituição*, —do artigo 109.º ao artigo 165.º, a *«pessoa individual»* aparece-nos assegurada e garantida na sua tríplice existência moral, intelectual e económica. Assim, ainda que não haja religião do Estado, êste reconhece como fundamental o direito de associação religiosa, concedendo às agremiações, que nesses termos se constituam, liberdade, autonomia e, conseqüentemente, a capacidade jurídica derivada das prescrições gerais da lei. Estabelece-se mais que as associações religiosas conservam o carácter de corporações de direito público, desde que o tenham; e, por último, que se identificam às associações religiosas as associações que se proponham a realização em comum uma qualquer concepção moral do universo.

Mas o carácter social do *«indivíduo»*, proclamado e mantido pela *Constituição* do *Reich*, não se traduz apenas no direito de agremiação para fins religiosos ou contemplativos. Com toda a solenidade se inscreve nela que *«o casamento, como fundamento da vida de família, da conservação e do crescimento da nação, fica debaixo da protecção especial da Constituição»*, —*expresión esta indicadora*, comenta Posada, *que se debe completar com otras, de verdadera substancia moral, jurídica y económica»*. E o tratadista aduz, resumindo e aprovando: —*«Descansa el matrimonio sobre la igualdad de los sexos, y corresponde al Estado y a los municipios velar por la pureza, la salud y el mejoramiento social de la familia»*. É certo que numa disposição ou outra aparecem laivos de humanitarismo exagerado. Conseqüências do vento igualitário que ia desfazendo em menos de



nada a obra formidável de Bismarck, não conseguem, contudo, turvar o que há de benemérito e arrojadamente inovador na *Constituição* do Reich. A ânsia de refundição global do Estado que os factos reclamam e a inteligência aconselha, reflete-se já ali duma maneira sensível. O «cidadão» dos Imortais-Princípios, — desenralizado e esquematizado arbitrariamente, possui enfim ambiente e calor que o vitalizem. Reatam-se os vínculos humanos que nas suas generalizações insensatas o Liberalismo romperá quasi por completo. E o respeito à integridade moral e social do indivíduo acentua-se de tal sorte na aludida *Constituição*, que, acêrca dos funcionários públicos, se estatui que, salvo disposição contrária da lei, serão nomeados por toda a vida, declarando-se conjuntamente que «os funcionários são servidores da colectividade, e não dum partido», e garantindo-se-lhes liberdade de associação e de opinião política. Que se mire nesta lição a nossa república de maçons, judeus e mulatos!

Em matéria de direitos profissionais não é menos explícita a *Constituição* alemã, que assegura «a cada uma, e a todas as profissões, a liberdade de se unirem para a defesa e melhoria das condições do trabalho», assentando-se simultaneamente que «são ilegais todas as convenções e disposições que tendam a limitar ou impedir semelhante liberdade». Só por si, esta disposição derruba, e com forte machadada, todo o regime de individualismo económico, herdado da Revolução-Francesa. E reabilitando a dignidade social do trabalho, determina o mencionado documento no seu artigo 160.º que todo o empregado ou operário tem direito a que se lhe dispense o necessário tempo livre para o desempenho dos seus deveres cívicos; e, desde que não resulte daí prejuizo grave para os serviços em que se ocupa, ainda o tempo de que careça para exercer qualquer função honorífica, em que esteja investido, sem que com isso se afecte sensivelmente a remuneração que haja de cobrar.

A este conceito do Trabalho, tão perto do conceito cristão e tradicionalista, alia-se na *Constituição* do Reich o conceito de Propriedade. «A propriedade tem deveres, — dispõe no seu último parágrafo o artigo 153.º. O seu des-

fruto deve constituir ao mesmo tempo um serviço prestado ao bem público». Pena é que tal doutrina seja diminuída pelo critério materialista do Estado alemão, inteiramente sujeito ao prestígio ideológico do marxismo. Porque se a elaboração da *Constituição* de 1919 correspondesse um outro espírito, — uma concepção social inspirada pelos mandamentos do Cristianismo, não admite duvidar que o estabelecido por ela, duma maneira geral, tanto em relação ao Trabalho, como em relação à Propriedade, representava o reconhecimento de princípios e processos, preconizados desde há muito por todos os homens apaixonados pelo bem-público, em quem os ensinamentos da Igreja se casem com um racional amor às experiências da história. A diferença está, pois, em que a *Constituição* do Reich, acentuando a linha marxista dos seus elaboradores, inclina-se fortemente para a socialização da propriedade (artigo 155.º), enquanto que as teorias de formação católica, com fonte nas lições inolvidáveis de Leão XIII, aspiram, pelo contrário, a uma criação cada vez maior de proprietários.

Da posse e utilização da riqueza, diz Santo Tomás que «o homem não deve considerar as coisas exteriores como próprias, mas sim como comuns, de modo que haja nelas uma parte para acudir aos outros nas suas necessidades». Na sua famosa encíclica *Rerum novarum*, depois de nos recordar esta passagem do admirável Doutor Angélico, Leão XIII acrescenta: — «Quem recebeu da divina bondade uma grande abundância, seja de bens externos e corporais, ou seja de bens de espírito, recebeu-os com o fim de os fazer servir ao seu próprio aperfeiçoamento e, simultaneamente, como ministro da Providência, para promover o alívio do próximo». Pelo referido percebe-se já o que na *Constituição* do Reich fere de esterilidade certas disposições suas, impregnadas de evidente justiça, mas que o seu caracter revolucionário, talvez ocasional, condenam a ser uma aplicação violenta de máximas subversivas, ao serviço duma tendência económica absurda. Se não nos cabe, portanto, copiá-las ou aplaudí-las sem restrição, é-nos lícito, contudo, encará-las como um sinal bem manifesto do crepúsculo mortal em que entrou o individualismo democrático, cedendo, ainda

que vagarosa e defeituosamente, o seu lugar a uma idéa mais humana do Estado.

Essa idéa é a que se desprende com dificuldade do tumulto de catástrofe em que o Liberalismo se some por toda a Europa, — idéa que por ora se esboça na urgência do poder em se robustecer pela Ditadura, contra a legalidade estabelecida e acatada dos Parlamantos e do direito escrito. Assistimos ao afirmar dum instinto de vital conservação para as pátrias europeias, roídas durante mais de cem anos pela gafa cancerosa da democracia. Em presença do apêlo unânime, tanto da inteligência como da produção, para a coordenação comum dum chefe (e na verificação de semelhante fenómeno Lenine e Mussolini equivalem-se), a unidade do Estado aparece-nos como custódia e fiel dos diversos pluralismos em que a sociedade volta a exprimir-se, depois de refeita da desorganização mortífera para onde o romantismo político a atirara. Se a Ditadura traduz assim a directriz dominante na transformação visível dos sistemas e métodos governativos, não é menos certo que a intensificação das funções concentradoras do Estado é acompanhada pelo crescimento vigoroso do sentido colectivo da vida individual, que o século passado desconheceu, ou, pelo menos, não quis conhecer, mas a cuja onda impetuosa já não é possível resistir-se. É debaixo desse aspecto que a *Constituição* alemã de 1919 significa o primeiro passo legal para a refundição completa da estrutura e da dinâmica do Estado actual.

Marcámos já a sua origem marxista, procurando submeter o indivíduo inteiramente à comunidade. Se não houvesse outro caminho, cairíamos, como na Rússia, no exagêro oposto ao dos dogmas de 89: — na eliminação, não do *individualismo*, mas da *individualidade humana*. Porque a *individualidade humana* é a base da sociedade e porque, sem sociedade que a envolva e prolongue, a nossa individualidade se perde num atomismo irreparável, eis porque, anterior ao Estado, há uma *soberania social* que resulta do homem, como sujeito de direitos, mas que se exerce através dos institutos de formação natural e espontânea em que o homem se engasta, para nascer, desenvolver-se e prosperar: — a Fa-

mília, o Município, a Corporação. Diversa da *soberania política*, que pertence em exclusivo ao Estado, só a restauração da *soberania social* conseguirá restituir a êste a posse das suas perdidas virtudes. Nem *Estadismo*, — consequentemente, nem *individualismo*! Mas o medido e recíproco entendimento de duas fôrças, sem o jôgo harmónico das quais, ou se morre de congestão, ou de absoluta paralisia. Dê-se à sociedade o que é da sociedade e ao Estado o que é do Estado. Distinga-se entre uma e outro, — e não padeceremos mais, nem da fraqueza da autoridade central, nem da asfixiante opressão burocrática, em que as livres iniciativas criadoras morrem estranguladas à nascença.

Sublinhada se acha de sobejo a discordância profunda entre o Estado moderno, como concepção de direito, e as exigências da realidade, tão truncada e aprisionada pela rigidês do formalismo doutrinário dos reformadores e juristas. Desde sempre, e com uma pertinácia que nos mostra a certeza dos seus ensinamentos, o proclamaram os escritores tradicionalistas, ou mesmo aqueles, como Taine, a quem o objectivismo histórico bastou para esclarecer. Mas, tocado da mais palpitante actualidade, — um trabalho há que não permite hesitações aos espíritos de bôa fé. Refiro-me ao estudo magistral de Louis Bourguès, — *Le romantisme juridique* (2). Chave de todas as questões contraditórias que agitam e perturbam os próprios fundamentos do Direito, o livro de Louis Bourguès defende-nos contra a falsa claridade, (*«la fausse clarté»*, como êle nos diz), dos tratadistas em voga, — alguns dos quais, com Duguit por cabeça, chegam por vezes, no excesso do seu negativismo crítico, a atingir posições simpáticas de ataque à grosseira mitologia do direito revolucionário. No entanto, se se lhes pede um sentido orgânico da sociedade ou do Estado, incorrem no linearismo mais execrável, a ponto de haver quem, como o professor de Direito, Joseph Barthélemy, assevere que a noção da ordem é uma «noção negativa, geradora de inércia». Por isso Louis Bourguès nos pondera com agudeza e afiada lógica: — *«En resumé le mouvement juridique révolutionnaire parti du principe de la liberté erigée*

(2) Paris, Nouvelle Librairie Nationale, 1922.

en droit en dehors de tout ordre, aboutit à ruiner, comme nous avons vu, tous les droits positifs privés et publics: il n'admet que la liberté naturelle commune à tout le monde, sans privilège ni garantie pour personne, jetant par conséquent toutes les libertés les unes contre les autres dans des conflits de droits irréductibles, sans autre solution que le triomphe de la force brutale. La ruine du droit souverain de l'État, — insiste o autor do *Le romantisme juridique* —, est le terme logique de ce mouvement contre les droits: l'anarchie est la dernière liberté publique a conquérir...

Coincide Louis Bourguès, como espírito aberto à lição eterna das coisas, com o grande Bossuet, que já no século XVII escrevia que *«le gouvernement est établi pour affranchir tous les hommes de toute oppression et de toute violence...»* E acrescenta: — *«Et c'est ce qui fait l'état de parfaite liberté; n'y ayant dans le fond — rien de moins libre que l'anarchie qui ôte d'entre les hommes toute prétention légitime et ne connaît d'autre droit que celui de la force»*. Eis porque, em contraste bem ressaltante, Louis Bourguès nos faz notar noutra parte com o seu comentário tão incisivo como adequado: — *«Tandis que la doctrine de l'Ancien Régime laissait les autorités individuelles, familiales, professionnelles, locales, s'épanouir en libertés concrètes et reservait au roi le domaine de la souveraineté, dans lequel la nation est généralement incompétente, au contraire la doctrine moderne entrave ou étouffe le pouvoir de chacun dans la sphère où il possède une autorité réelle et, en compensation, elle lui reconnaît insolemment une fiction de liberté politique dans le domaine souverain, où il n'a pas d'autorité réelle et où il est fatalement le jouet des politiciens»*. E porque?

Responda-nos ainda Louis Bourguès. Porque *«c'est une des erreurs les plus grossières du XIX.<sup>e</sup> siècle que d'avoir imaginé une contradiction entre l'idée d'autorité et l'idée de liberté. Cette erreur, — detalha o autor de *Le romantisme juridique* —, vient de la Révolution qui avait opposé l'individu à l'État royal, en ne voyant dans le pouvoir du premier que sa liberté, et dans celui du second son autorité. En réalité elle opposait dans pouvoirs distincts, deux autorités,*

*deux libertés. C'est un non-sens d'en conclure que la notion de liberté s'oppose à celle d'autorité. Il n'y a pas opposition d'une idée à l'autre, mais d'une personne à une autre. Lorsque deux personnes s'opposent, il est clair que leurs pouvoirs s'opposent. Et si l'une invoque sa liberté et l'autre son autorité, cela ne signifie pas que la première est sans autorité ni la seconde sans liberté, cela précise simplement l'aspect du pouvoir par lequel les deux personnes se heurtent»*.

Depreende-se daqui com vigoroso realce, primeiro, que a «autoridade» não exclui a «liberdade» e que a toda a «liberdade» corresponde uma «autoridade». Ponto capital para a compreensão exacta das funções do Direito na sociedade, não é difícil já de se perceber que sem «liberdade» não se exerce um «direito», o qual, sendo uma «fôrça justa», — como define Louis Bourguès —, desde que se exerce, é um «poder» e, portanto, uma «autoridade». Donde o concluir-se justamente que é «liberdade» toda a afirmação dum «direito», sendo, portanto, «autoridade» sinónimo de «liberdade». A diferença entre a doutrina tradicional, superiormente renovada por Louis Bourguès, e a doutrina revolucionária, ou contemporânea, do Direito consiste, pois, num equívoco de fácil demonstração, — o antagonismo da «liberdade» com o «poder». Sintetiza, melhor do que nós, Louis Bourguès: — *«En concrétisant d'une façon absolue ces notions abstraites et relatives, l'esprit moderne a imaginé un antagonisme entre l'Autorité et la Liberté, considérées comme deux êtres en lutte éternelle l'un contre l'autre, la Liberté incarnant le Bien, et l'Autorité le Mal»*. E o ilustre publicista certamente reputado em conta mínima pelos burocratas da sciência-oficial, não se contentem sem exclamar: — *«On aperçoit ainsi la duperie de la doctrine qui appelle liberté politique le régime où le peuple dit souverain a si peu l'esprit et la condition d'un maître, que selon M. Esmein il est et se reconnaît incapable de se gouverner lui-même»*.

Efectivamente, Esmein, perfeito tipo representativo de teólogo laico da Democracia, não hesita em estampar nos seus *Eléments de Droit constitutionnel* que a base dos governos parlamentares reside *«sur cette idée que la nation souveraine est et se reconnaît incapable de for-*

*muler elle-même sa volonté en forme de loi». Repara a propósito o autor de *Le romantisme juridique*: — «Et cette incapacité de gouverner ne résulte pas d'une disposition légale ni d'une infirmité accidentelle du souverain; elle résulte d'une inaptitude naturelle, incorrigible, perpétuelle. M. Esmein déclare que, si la Constitution autorisait le vote direct des lois par la nation, celle-ci n'aurait que l'illusion d'une décision propre. Quoi qu'on veuille, quoi qu'en fasse, la nation est incapable de se gouverner elle-même».*

Não carecemos de teimar mais, para que, reflectido nas teorias e sistemas com que se pretende explicar e justificar, o pecado original do Estado moderno avulte bem, e duma vez para sempre, a nossos olhos. Esquivam-se os doutores de tamanha monstruosidade política e social a admitir que, sendo o direito uma «fôrça justa», a sua legitimidade advem-lhe da sua completa concordância com as próprias razões da existência humana. Em pleno carnaval ideológico do século XVIII sensatamente Montesquieu o anunciava naquela sua passagem, tão célebre como repetida: — «*Les lois, dans la signification la plus étendue, sont les rapports nécessaires qui dérivent de la nature des choses...*» Há, portanto, uma «substância permanente», — na frase de Louis Bourguès — que é o fundamento das leis, como tal, anterior ao arbítrio do homem, que precisa de se lhes submeter, para fugir a submissões mais duras e tirânicas. Como designar, porém, essa «substância permanente», — raiz, apoio e alma do Direito? Pelo seu nome, que é curto e singelo: — a «Ordem». Não a «ordem» convencional e contingente dos legistas e reformadores. Mas a «Ordem» que é, «como a Beleza, uma realidade moral inerente aos seres e às coisas». Esmein não se furta a constatar-lhe a influência dominadora, para logo, num desvio de sofista obcecado, a entender como um pêso a que é de interesse vital fugir. «*Les sociétés humaines et politiques, — confessa êle —, sont des formations naturelles et des organismes nécessaires qui évoluent en vertu de lois partiellement fatales. Dans la mesure où existe cette fatalité et où l'intelligence peut en reconnaître le processus et la direction, la liberté et la volonté des hommes doivent s'y plier, y confor-*

*mer même leurs actes; c'est rendre plus complet et plus harmonique un résultat au fond inévitable».* Fale por nós Louis Bourguès: — «*Il y a là une idée vraie, que M. Esmein exagère même... Mais ce qu'il y a de vrai dans cette citation, ce qui fonde la réalité objective du droit, est contredit du tout au tout par le même auteur, dès qu'il s'agit de nier la légitimité du droit royal et de justifier les inventions du droit moderne».*

E o autor persuasivo de *Le romantisme juridique* recorda, para documentar as suas asserções, um outro passo de Esmein, em que o conhecido tratadista pretende refutar a base jurídica do princípio monárquico. É como segue: — «*Les lois de l'histoire ne créent pas le droit, pas plus que les lois de la pesanteur ou de l'attraction des corps. Le droit est le fils de la liberté, non de la fatalité».*

Escusado é assinalar-se a enormidade contida na asseveração de Esmein. Para êle o «permanente» da vida social, em lugar de «ordem», designa-se por «fatalidade», verificando-se na oposição estabelecida tão firmemente entre o conceito de «ordem» e o conceito de «liberdade», como Louis Bourguès aponta, o vício estrutural do subjectivismo moderno que faz do ensino do Direito uma doutrina com tanto de anárquica, como de anti-científica. De semelhante caos intelectual se nutre o falso antagonismo da *liberdade* com a *autoridade*, ao ponto de se escrever, com o civilista Planiol, que «*la véritable obligation n'existe que pour l'homme qui agit sans la contrainte d'une volonté supérieure à la sienne».* Olvidam os que tal sustentam e vulgarizam, tornando lógica e legítima, pela sobreposição crescente da pulverização individualista, aquêle «crisálidarismo total», de que nos fala o catedrático espanhol Fernández de los Rios a propósito da sua viagem à Rússia soviética, — olvidam, repito, os que tal sustentam e vulgarizam com ares de profunda revelação que, o homem é obrigado a respeitar a lei, não porque o legislador lh'a impõe, mas porque a lei, para ser obedecida e respeitada, deve derivar das leis naturais da justiça, «*qui constituent un ordre aussi absolu que celui observé par la matière».* «*Et lorsque la liberté, — remata Louis Bourguès —, échappant à toute contrainte, lui désobéit, le désordre, la ruine du droit, qu'elle produit inévita-*

blement, sont la preuve que le droit résulte bien d'un rapport nécessaire que la volonté humaine ne peut modifier, en un mot, que le droit ne peut être autre que ce qu'il doit être».

Porque o Direito não pode ser diferente daquilo que tem de ser, é que nós vemos negadores como Duguit, partindo dum critério absolutamente objectivo e até por vezes grosseiramente realista, aproximarem-se da idéa ou noção de «direito», em que se inspiram as teorias tradicionalistas. O que sucede nos âmbitos restritos das Universidades ou dos tratados, sucede igualmente no campo imediato dos acontecimentos. Vale como um símbolo o título dum livro curiosíssimo do professor de Montpellier, Gaston Morin, — *La révolte des faits contre le Code* (5). Encontra-se Gaston Morin bem longe de ser um tradicionalista, mas incorporado na grande corrente de reacção instintiva do tempo presente, é verdadeiramente um «renovador» ainda que em campo restricto e dominado embora por preconceitos sociológicos insubsistentes. Eis como êle se nos confessa: — «*Si le législateur néglige d'intervenir, il se produit dans l'évolution un moment critique où l'incohérence est complète entre les formules juridiques et la réalité, où la vie, pour ainsi dire, se rebelle contre les formules qui prétendent l'enfermer. La société entre en contradiction avec elle-même*». E acrescentando que outra não é a crise da hora presente, Gaston Morin desenvolve o seu pensamento, imbuído, sem dúvida, dum falso relativismo, mas com cuja essência nos achamos perfeitamente de acôrdo. Como no Estado actual o indivíduo é a sua base, também no *Código-civil*, reflexo da arquitectura do Estado, a lei só atende ao indivíduo. «*La Révolution avait, au nom de la liberté humaine, dissout tous les corps constitués, interdit pour l'avenir tous les groupements*, — insculpe Gaston Morin no seu notável estudo. *Elle ne voulait respecter dans la société, en face de l'État, que les individus isolés, qui tous étaient regardés comme autant de souverainetés égales entre elles*». E adita: — «*Le Code Civil tire le corollaire logique de la doctrine en décidant que nul ne peut être obligé par la volonté d'autrui, mais seulement par sa vo-*

*lonté personnelle s'exprimant dans un contrat. Il est le code de l'individu*».

Justifica depois Gaston Morin: — *Or, par une contradiction brutale des idées et des prévisions des hommes de la Révolution, malgré tous les interdictions légales, l'histoire sociale, à l'époque contemporaine, révèle un mouvement aux multiples aspects qui a l'impressionnante puissance d'un phénomène naturel. Je veux dire la substitution progressive des groupements aux individus isolés comme facteurs de la vie économique... L'on peut dire que, chaque jour, nous entrons plus avant dans l'ère de la coopération et du fédéralisme. C'est, indépendamment de toute réglementation juridique, dans le développement spontané des faits, la fin de l'ordre social issu de la Révolution et la formation d'un ordre nouveau... Dès lors, appliqué à la construction juridique des groupements, l'individualisme de la Révolution et du Code civil devient un contre-sens. Le code de l'individu ne peut pas être le code des groupements*».

Comparado o depoimento de Gaston Morin com o de Adolfo Posada, avalia-se bem o som que se desprende das duas mentalidades. Enquanto Adolfo Posada, vítima do anquilosamento intelectual, tão próprio das «esquerdas» espanholas, não atinge nitidamente as razões da transformação que está sofrendo o Estado moderno e resolve chamar-lhe, algo cômicamente, «*nuevo liberalismo*», Gaston Morin, com um donaire de inteligência que o honra, não recua diante da evidência e, sem que o conduzam determinadas predilecções reaccionárias, denuncia o bolbo do mal, proclamando a não conformidade do individualismo da Revolução com o florir viçoso das novas formas corporativas da economia e da política. Vái mais além o professor de Montpellier, numa atitude simpática de sinceridade intelectual. E assim, sem vacilação de espécie alguma, filia no kantismo a principal causa da retracção que sofreu, depois do século XVIII, a noção do Direito. Para êle, o filósofo de Königsberg nos seus *Elementos metafísicos da doutrina do Direito* é «*le théoricien par excellence de l'individualisme juridique*». E condensa: — «*Le principe du Droit, selon*

(5) Paris, Grasset, 1921.